

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**MARIA EDUARDA DUTRA MENDONÇA**

**O SOBRENOME COMO CONSEQUÊNCIA DA POSSE DO ESTADO DE FILIAÇÃO  
NA PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA**

**Florianópolis**

**2015**

**MARIA EDUARDA DUTRA MENDONÇA**

**O SOBRENOME COMO CONSEQUÊNCIA DA POSSE DO ESTADO DE FILIAÇÃO  
NA PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> MSc. Renata Raupp Gomes

Co-Orientador: Prof. Msc. André Soares de Oliveira

**Florianópolis**

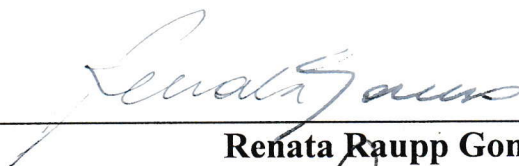
**2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

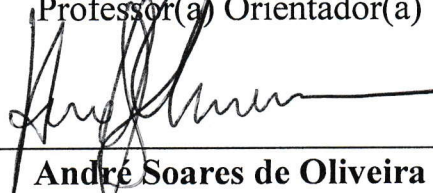
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**O sobrenome como consequência da posse do estado de filiação na parentalidade socioafetiva**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Maria Eduarda Dutra Mendonça**, defendido em **30/11/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (DEZ), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

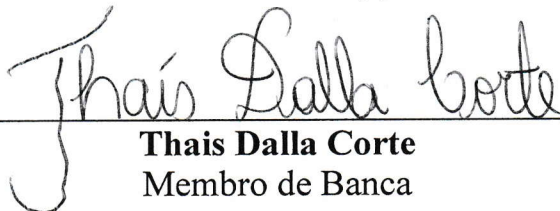
Florianópolis, 30 de Novembro de 2015



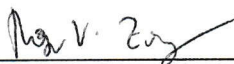
**Renata Raupp Gomes**  
Professor(a) Orientador(a)



**André Soares de Oliveira**  
Coorientador(a)



**Thais Dalla Corte**  
Membro de Banca



**Roger Vinicius Ziembowicz**  
Membro de Banca

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, pela compreensão.

À professora Renata Raupp Gomes, por me guiar na elaboração deste trabalho.

Ao professor André Soares Oliveira, por todo o inusitado esmero para com seus co-orientandos.

Aos meus amigos, por todo o apoio e paciência.

Aos queridos Roger Ziembowicz, Samantha Danielle Alves e Larissa Solek pelo encorajamento, e ao Dr. Narcísio Geraldino Rodrigues por me possibilitar, por esses dois anos, fazer parte dessa equipe fantástica.

Sem todos vocês esse trabalho não seria possível.

*“Família quer dizer nunca mais abandonar ou esquecer.”*

*Lilo & Stitch*



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno(a): **Maria Eduarda Dutra Mendonça**

RG:

CPF:

Matrícula: **11103646**

Título do TCC: **O sobrenome como consequência da posse do estado de filiação na parentalidade socioafetiva**

Orientador(a): **Renata Raupp Gomes**

Eu, **Maria Eduarda Dutra Mendonça**, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 30 de Novembro de 2015

  
\_\_\_\_\_  
Maria Eduarda Dutra Mendonça

## RESUMO

MENDONÇA, Maria Eduarda Dutra. **O sobrenome como consequência da posse do estado de filiação na parentalidade socioafetiva**. 2015. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito – Área: Direito de Família) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2015.

A presente pesquisa tem por objetivo estudar a necessidade e a possibilidade de ser ampliado o reconhecimento pelo ordenamento jurídico brasileiro de todos os direitos inerentes à posse do estado de filiação, em específico, do direito à retificação do sobrenome do indivíduo para que em seu Registro conste os nomes daqueles que enxerga como pais. Para tanto, utiliza-se o método de procedimento monográfico. O método de abordagem adotado é o dedutivo e a técnica de documentação é indireta, realizada por meio de pesquisa bibliográfica. De início, apresenta-se a origem histórica do nome, bem como as teorias acerca de sua natureza jurídica e a tutela atualmente oferecida pela legislação brasileira. A seguir, vê-se alguns desafios que se apresentam à essa tutela clássica com a dinamização das relações sociais e a constitucionalização do Direito ocorrida após a promulgação da Constituição de 1988, como a questão da retificação do Registro Civil de pessoa transexual, para que lá conste o nome social por ela utilizado, e a posse do estado de filho. Na terceira etapa, são analisadas as soluções intrasistemáticas que podem ser utilizadas pelo aplicador do Direito, bem como aquelas já utilizadas pelos Tribunais de Justiça nacionais.

Palavras chave: Sobrenome, Retificação, Registro Civil, Registro Público, Socioafetividade, Posse do estado de filho.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O NOME .....</b>	<b>12</b>
1.1 Função, origem e importância histórica do nome.....	12
1.2 Natureza jurídica do nome no ordenamento brasileiro.....	15
1.3 A tutela do nome no ordenamento jurídico brasileiro .....	21
<b>CAPÍTULO 2 - O DESAFIO .....</b>	<b>28</b>
2.1 A constitucionalização do Direito Civil brasileiro e seus efeitos no campo do direito de família.....	28
2.2 Os casos atuais que desafiam a tutela clássica do nome.....	34
2.2.1 Transexualidade.....	36
2.2.2 Filiação socioafetiva .....	39
<b>CAPÍTULO 3 - A SOLUÇÃO .....</b>	<b>44</b>
3.1 A posse do estado de filiação como fator de alteração do Registro Civil .....	44
3.2 Os fundamentos da jurisprudência contra a alteração do Registro Civil em razão da socioafetividade .....	49
3.3 Os fundamentos da jurisprudência a favor da alteração do Registro Civil em razão da socioafetividade .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>



## INTRODUÇÃO

É consabido que a promulgação da Constituição Federal de 1988 teve grandes repercussões em todas as áreas do Direito Civil, apresentando grandes mudanças, inclusive, no âmbito do Direito de Família. Com a inclusão do valor da afetividade como protagonista na caracterização de família, abandonando-se a ideia patrimonialista e hierarquizada desse núcleo, família passou a ser, para o ordenamento jurídico, o lugar de realização do ser, com especial visibilidade ao ser em formação, em todas as suas dimensões, seja ela a ontológica, afetiva e genética.

A realização dessa mudança axiológica, entretanto, passou por diversos desafios, dentre eles a gradual transição de um modelo de Direito que concretizava a máxima liberalista e positivista, para uma visão pós-positivista, onde se confere maior relevância normativa aos princípios, requerendo-se do julgador maior busca à justiça e à equidade em seus julgamentos, bem como à realização dos princípios constitucionais postos na Carta Magna.

Dessa forma, muito embora seja reconhecida a possibilidade de que os laços afetivos prevaleçam em detrimento dos biológicos, nas questões de filiação há grande resistência por certas áreas do Direito, como, por exemplo, os âmbitos sucessório e o registral, em admitir a efetivação das repercussões jurídicas da filiação socioafetiva, parte em razão de certo conservadorismo ideológico, parte em razão de conservadorismo jurídico, onde coloca-se o comando legal, ou sua ausência, acima da realização humana imposta como valor fundamental pela Constituição.

A natureza jurídica do nome, outrora muito discutida pelos doutrinadores, hoje foi reconhecida no meio jurídico brasileiro como correspondente a de um direito de personalidade, diretamente ligado ao princípio constitucional da dignidade humana, importando qualquer violação a esse direito em uma violação direta à Constituição da República.

Por sua vez, estudos relativos à sua origem histórica revelam a individualidade do prenome e a hereditariedade do sobrenome, ou, em sinônimo ainda mais revelador, *patronímico de família*, de modo que cabe a este elemento a tarefa de informar aos demais a origem familiar de alguém.

É lógica a conclusão de que uma pessoa que não possua o mesmo sobrenome daqueles que considera como pais tem seus direitos de personalidade violados, o que lhe causa o constrangimento de ter que explicar aos outros a razão da não coincidência de patronímicos. Dessa forma, para além do reconhecimento jurídico e social da filiação, também acarreta embarço pessoal essa ausência de coincidência de sobrenomes, com consequente geração de desconforto e sensação de deslocamento, pois o questionamento ao seu pertencimento àquele núcleo familiar, que será social ou juridicamente questionado em algum momento, se iguala a um questionamento acerca de uma situação afetiva que já se encontra consolidada.

O papel do julgador, portanto, se transforma em ser figura de coragem. Coragem para desafiar o imposto pelo princípio da imutabilidade do nome, o imposto pela Lei de Registros Públicos, e encontrar a melhor saída jurídica para a situação, sem permitir que um comando legal, ou sua ausência, seja razão de diminuição da importância de valor maior expresso pela Constituição Federal de 1988, e muito lentamente concretizado pelo processo de constitucionalização do Direito Civil.

Com efeito, a importância do presente estudo advém da necessidade do aprofundamento do tema no que toca à questão registral, cuja Lei (Lei n. 6.015/73) foi publicada anteriormente à promulgação da Constituição vigente, e cujo âmbito resiste a mudanças, como se Leis pudessem ser atemporais, inexistindo a necessidade de que evoluam no mesmo passo em que a sociedade o faz. Sua inspiração, por sua vez, vem com o escopo de ser mais um suporte à coragem da qual o Direito brasileiro tanto precisa.

Procura-se apresentar, portanto, as possíveis soluções jurídicas intrasistemáticas para a resolução de conflitos que envolvam a retificação do Registro Civil de pessoa com base na posse de seu estado de filiação, considerando os vários aspectos pessoais, sociais e públicos desse ato.

No primeiro capítulo será apresentada a evolução histórica do nome e a relevância a ele atribuída por outras civilizações e em outras épocas. Serão analisadas também as teorias jurídicas acerca da natureza do nome e a evolução doutrinária que culminou no reconhecimento do nome como direito de personalidade, bem como a tutela jurídica que o ordenamento jurídico oferece ao nome na atualidade.

No segundo capítulo, por sua vez, tratar-se-á dos desafios à essa tutela apresentados pela constitucionalização do Direito Civil e pela dinamização das relações sociais no país, que

deram visibilidade para demandas que dizem respeito à identidade da pessoa, seja ela de gênero ou familiar, como no caso de indivíduo transexual, que busca o reconhecimento jurídico de seu gênero e, por consequência, de nome que seja a ele compatível; e no que toca à filiação socioafetiva, que, muito embora seja reconhecida, enfrenta resistência ao que se procura emular seus efeitos reflexos.

Já o terceiro capítulo visa oferecer ao intérprete saídas intrasistemáticas para a resolução de conflitos, em especial ao que toca à parentalidade socioafetiva, com a superação do modelo positivista e conservador de resolução de conflitos e a busca por uma solução que realize os princípios constitucionais, por meio do reconhecimento de sua inerente força normativa, assim como pelo uso do recurso da analogia. Serão analisados, ainda, os posicionamentos jurisprudenciais mais similares ao tema, explicitando suas razões de decidir.

O método de procedimento a ser utilizado neste trabalho será o monográfico. Já o método de abordagem da pesquisa será o dedutivo, e a temática será desenvolvida pela técnica de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica à jurisprudência, publicações, revistas especializadas e livros.

## CAPÍTULO 1 – O NOME

A compreensão do *locus* histórico e jurídico no qual se inserem e do qual advém os conceitos jurídicos que se têm acerca do nome é imprescindível para a apreensão das razões na dificuldade de inserção da realidade socioafetiva no âmbito registral, objeto da presente monografia, motivo pelo qual serão estudados a seguir.

### 1.1 Função, origem e importância histórica do nome

Leciona Pereira (2012, p. 204), que nome civil é “*elemento designativo do indivíduo e fator de sua identificação na sociedade*”. Dessa forma, sua imprescindibilidade foi reconhecida cedo na história, datando dos mais remotos tempos, importância ligada especialmente às condições de cada indivíduo na sociedade.

De acordo com Rizzardo (2011, p. 167), todos os seres humanos possuem uma presença histórica, espacial, social e familiar para com o direito. Assim, “*quando é referida a palavra ou o conjunto de palavras que identifica alguém, está-se apontando ou chamando não um indivíduo apenas no aspecto físico, mas o indivíduo como um todo [...]*”.

Dada a sua importância, portanto, observa-se que praticamente todas as grandes civilizações foco de estudos históricos possuíam alguma providência relacionada à anotação dos dados pessoais dos membros da comunidade, o que revela a consciência relacionada ao interesse público nestas anotações. Exemplos destes são a Bíblia e o censo e registro da assembleia dos filhos de Israel, a *phratria* e *demos* gregas, a *acta publica* romana, e as anotações de batismo, casamento e óbito dos fiéis realizada pelos padres durante a Idade Média. Apenas no século XIX foi reconhecida a insuficiência destes registros, influenciada sobretudo pela difusão de outras crenças religiosas, que ficavam sem meios de provar seu estado civil (PEREIRA, 2012, p. 197/198).

França (1975, p. 25) refere-se a um período ainda mais longínquo, onde povos de cultura rudimentar como os hotentotes, iroqueses, bakairis, os habitantes da Austrália do Norte, os da Ilha Kingsmill, a despeito da diversidade no sistema utilizado para que a designação personativa fosse imposta, já traziam em seu arcabouço cultural o instituto do nome, que por

vezes era dotado de significado ainda mais importante ao atribuído por culturas pelo autor designadas como “*mais desenvolvidas*”. Entre os hotentotes, assim, seguem os filhos a família materna, e as filhas a família paterna correspondendo o nome destas aos dos ascendentes paternos e o daqueles aos maternos, enquanto que, entre os iroqueses e californianos, cabe ao avô a escolha do nome do neto, e à avó a escolha do nome da neta, acrescentando-se a uns e a outros nomes totêmicos<sup>1</sup> (FRANÇA, 1975, p. 27).

Entre os gregos, o nome era único e individual, e, consequentemente, intransmissível aos descendentes. Igualmente ocorria dentre os hebreus, até ser verificada a necessidade de identificar-se o indivíduo por mais que apenas um único nome, quando da multiplicação das tribos, de modo que o nome pessoal passou a ser seguido de referência ao nome paterno (RIZZARDO, 2011, p. 168).

Já no Império Romano, foi adotado o prenome, acrescentado ao nome da *gens*, do tronco antigo, e de um cognome, designativo da família. Por exemplo, no nome “Marco Túlio Cícero”, “Marco” é o apelido, “Túlio” a *gens*, e “Cícero” o cognome de família. Tal modelo, salienta-se, era aplicado apenas aos nomes daqueles indivíduos não pertencentes à plebe, aos quais cabia apenas o antigo modelo de nome único (RIZZARDO, 2011, p. 168).

Ao nome dos escravos poderia ser acrescido o prenome de seus proprietários (VENOSA, 2015, p. 199). Acrescenta Cunha Gonçalves (1955, p. 214) a existência do *agnomen*, um sobrenome individual raras vezes transmissível e quase sempre relacionado a um fato célebre ou notável da vida de alguém.

Conforme ensinam Monteiro e Pinto (2012, p. 119), com a conquista das Gálias e da Lusitânia, estas passaram a utilizar o modelo romano de nome, porém, retornou-se ao sistema de nome único após a invasão dos bárbaros, que foram posteriormente substituídos pelos do calendário cristão.

---

<sup>1</sup> Nos dizeres de Sigmund Freud, em sua obra *Totem e Tabu* (2012), um totem é uma classe de objetos, geralmente animais ou plantas, mais raramente objetos naturais ou artificiais inanimados, que possuem a adoração de um clã, que dão a si mesmo o nome desse totem e acreditam dele compartilharem uma descendência comum. O totemismo surgiu da necessidade de fixar por escrito e de forma duradoura os nomes dos indivíduos e das comunidades. Assim, “[...] *Os filhos e seguidores de um homem chamado de Urso ou Leão, transformaram isso, naturalmente, em um nome de clã*”. Daí vem a gênese do sistema totêmico, que era tanto um sistema religioso como social.

Rizzardo (2011, p. 168) anota que a designação composta de dois ou mais nomes se generalizou apenas a partir da Idade Média. A origem do segundo nome, de acordo com o autor, vem da necessidade de distinção dentre as várias pessoas que possuíam o mesmo nome, mas possui várias origens, como a de designativo de família.

O *sobrenome* era atribuído mais comumente em razão da profissão que algum ascendente desempenhava - Marcos, o ferreiro - de onde adveio o nome “Ferreira”. Assim, ao invés de se distinguirem pela aposição das palavras “filho de Marcos, o ferreiro”, seus descendentes se identificavam pela palavra “Ferreira”. Também era utilizada característica distintiva da pessoa - Branco, Valente, Fortes, Bravo - ou a abreviação da expressão “filho de Marcos” com a utilização da partícula -es – Marques (RIZZARDO, 2011, p. 168).

Em Portugal, para fugir das perseguições a famílias conhecidas por determinado nome, a saída encontrada foi a mudança de nome daqueles que tinham o mesmo nome do perseguido, com a adoção, principalmente, da denominação de seres animados ou inanimados, como “Laranjeira”, “Figueira”, Carvalho” (RIZZARDO, 2011, p. 168).

Sistema parecido com o adotado pelos hebreus é aquele usado pelos Árabes e por todos os maometanos, que empregam a palavra *ben*, *beni* ou *ibn* em vez do bar hebraico, entre o nome do indivíduo e o de seu pai para designar sua filiação. Da mesma forma procedem os russos, com as partículas *vitch* e *vicz* para os homens e *ovna* para as mulheres, ou seja, Nicolau, filho de Alexandre, chama-se Nicolau Alexandrovitch. Os Romenos, por sua vez, utilizam com a mesma função a partícula *esco*, e os ingleses, a partícula *son* (GONÇALVES, 1955, p. 213).

Todas essas particularidades, nos dizeres de França (1975, p. 27) advém do fato de que

[...] na verdade, nas pequenas e rudimentares sociedades um único nome é suficiente para designar os diferentes indivíduos, é de se considerar que tão logo a vida em comum se foi tornando complexa e o número dos seus partícipes aumentando, necessária se veio tornar a complementação do nome individual por restritivos que melhor particularizassem o sujeito, relacionando-o com o lugar ou a família de origem.

Segundo Cunha Gonçalves (1955, p. 215), o nome patronímico, ou sobrenome, passa a adquirir valor moral e jurídico, especialmente em razão de sua hereditariedade criar a genealogia e a distinção das famílias. Este tem até hoje proteção especial pela Lei n. 6.015/73,

nos diversos dispositivos que permitem a modificação do nome, porém “*sem prejuízo aos apelidos de família*”<sup>2</sup>.

No Brasil, o nome esteve à margem do direito até a promulgação da Ordenança de Amboise, de 1555, que passou a negar a possibilidade de sua livre alteração. A partir daí surgem as primeiras leis relacionadas ao Registro Público de pessoas, primeiramente por meio da Lei n. 1.144/61, reservada ao registro dos nascimentos, casamentos e óbitos daqueles praticantes de religiões diversas da oficial do Império, sendo recurso apenas auxiliar aos registros eclesiásticos (MONTEIRO; PINTO, 2012, p. 120; PEREIRA, 2012, p. 198).

Em seguida tem-se a Lei n. 1.829/70, que determinou a organização do Registro Civil, o que foi feito pelo Decreto n. 9.886/88. A atual regulamentação dos Registros Públicos é dada pela Lei n. 6.015/73, onde são anotados todos os atos ou fatos ligados ao estado das pessoas (PEREIRA, 2012, p. 198).

## 1.2 Natureza jurídica do nome no ordenamento brasileiro

Uma vez reconhecida a importância e o interesse não apenas pessoal, mas também público, na anotação e identificação de cada indivíduo, bem como na ciência de sua posição na sociedade, como visto, seu registro foi, em determinado nível, organizado, até sua evolução remeter ao paradigma atual.

Explica Cunha Gonçalves (1955, p. 237/238) que

Os Romanos distinguiam no status ou caput civile três aspectos ou divisões: o status civitatis ou as relações da pessoa com a cidade, ou seja, com o agrupamento político a que ela pertence, - status familiae ou as relações de ordem privada ou com o agrupamento familiar, - e o status libertatis ou a situação jurídica exclusiva da pessoa, independente de qualquer relação com as outras pessoas, examinada nas suas diversas mutações, situação em que avultava a qualidade do

---

<sup>2</sup> Nesta senda, o art. 57 da Lei de Registros Públicos possui a seguinte redação: “O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa”. Também, o § 8º do mesmo artigo: “O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família”.

ser *sui juris*, isto é, livre e independente, ou *alieni juris*, isto é, estar na dependência mais ou menos completa de outrem - *capitis deminutio*.

[...]

O estado é uma fonte de qualidades jurídicas e de atribuições; e, como tal, não é o fundamento, mas sim o complemento da personalidade, o sinal distintivo do homem, que, por efeito dêle, não se reputa isolado, mas considera-se como ligado a uma certa comunidade. Sendo assim, o estado tem certo carácter de necessidade e permanência. O estado não é, porém, direito, mas sim relação jurídica, fonte de direitos e obrigações.

O nome civil é considerado um dos principais direitos da categoria da personalidade, como forma de individualização do ser humano no meio em que vive, mesmo após a morte (VENOSA, 2015, p. 197/198).

Para Monteiro e Pinto (2012, p. 93), o interesse no registro civil relativo à pessoa natural ergue mais três faces. O primeiro é o público, pois o registro é fonte auxiliar para a administração pública, especialmente no que se refere aos serviços essenciais, como polícia, recrutamento militar, recenseamento, estatística, serviço eleitoral, arrecadação de impostos, etc. O segundo é o particular do próprio registrado, pois o registro é prova fácil, decisiva e imediata de sua situação, comprovando que o indivíduo possui capacidade civil, gozo dos direitos políticos, dentre outras informações necessárias para a postulação de determinados direitos. Por fim, há o interesse de terceiros que com o registrado contratem, pois os dados registrados estão à sua disposição, e dão maior segurança aos negócios ao fornecer informações de requisitos que, caso não preenchidos, poderiam levar a erro ou nulidade do contrato, como estado civil, maioridade, dentre outros.

No capítulo três de sua obra “*Do nome civil das pessoas naturais*”, Rubens Limongi França faz um apanhado das teorias acerca da natureza jurídica do nome no mundo Ocidental, conforme a língua mãe de cada autor, estudo que, por mostrar-se muito completo e oportuno, será sintetizado a seguir.

A **Teoria Negativista** possui diversos defensores, dentre eles, autores como Ilheing, Savigny, Planiol (que possui uma teoria própria, também chamada de Teoria Negativista de Planiol ou Teoria da Polícia Civil), e Clóvis Beviláqua (FRANÇA, 1975).

Nos dizeres de França, Savigny não quis, propriamente, elaborar uma teoria do direito ao nome. Ao que desenvolvia, porém, sua argumentação acerca das diferentes espécies de relações jurídicas, dividindo-as em três grandes grupos, sendo eles a própria pessoa, a própria pessoa ampliada (de onde emana o direito de família) e o mundo exterior (direitos patrimoniais, compreendendo direitos reais e obrigacionais, afirmou o autor não considerar a primeira classe



como direitos propriamente ditos. Os direitos *sobre a própria pessoa*, como o direito ao nome, seriam, para ele, direitos *inatos*, categoria a qual o autor rejeita absolutamente. Daí, diz França (1975, p. 65), concluem os autores que Savigny articulou implicitamente uma Teoria Negativista do Direito ao Nome.

Ilhering (apud FRANÇA, 1975), por sua vez, expressamente manifesta o próprio desacordo quanto à possibilidade de existência do Direito ao Nome, por considerá-lo exclusivo, e, por isso, insustentável, tanto em relação aos sobrenomes, quanto às homonímias, aceitando apenas a proteção dos nomes com grande valor histórico, político, artístico, literário, etc. Por outro lado, explica França (1975, p. 66/67), o autor admite diversos modos de proteção ao nome, recorrendo a uma sutileza dialética para harmonizar a própria posição, afirmando que o direito defendido não seria o *nome*, mas a *reputação* de seu portador.

Planiol, por sua vez, dentro da própria Teoria Negativista, também chamada Teoria da Polícia Civil, afirma que o nome, na verdade, é uma instituição de polícia civil e, como forma obrigatória de denominação das pessoas, não é alienável e não está à disposição daquele que denomina, a razão de seu estabelecimento é muito mais em nome do interesse geral do que do interesse pessoal, e sua transmissibilidade não é voluntária (FRANÇA, 1975, p. 77/79).

Baudry e Fourcade defendem também a inexistência de direito ao nome, que é visto como uma obrigação. Argumentam, entretanto, que a ofensa ou usurpação do nome pode se tornar uma ofensa à honra de um indivíduo e/ou de seu grupo familiar, e que mencionada honra é digna de proteção jurídica (FRANÇA, 1975, p. 77/79).

Por fim, Clóvis Beviláqua (FRANÇA, 1975, p. 123/125) afirma que o nome não constitui um bem jurídico protegível porque não é suscetível de apropriação na nossa sociedade, por não ser dotado de exclusividade. Defende o autor, assim, que o nome é a designação da personalidade, que não é um direito, e sim um núcleo de onde irradiam direitos, como o da proteção contra o uso intencional do nome com a intenção de prejudicar seu portador, o princípio da reparação do dano no Direito Civil, entre outras.

A **Teoria da Propriedade do Nome** também arrecada vários partidários. Nos países de língua francesa, essa teoria se desdobra em três: a Teoria Radical da Propriedade do Nome, que se funda na afirmação de que o nome é uma propriedade e que todo homem detém a propriedade de seu nome; a Teoria da Propriedade "*Sui Generis*", que se diferencia da propriedade comum por não ser exclusiva, passível de cessão, abdicação, renúncia, disposição,

dentre outras das características da propriedade; e, por fim, a Teoria da Propriedade Imaterial, que afirma ser o nome um bem incorpóreo, que se concretiza em um elemento material, *in casu*, os registros do estado civil, nos escritos emanados da própria pessoa ou de terceiros, e até mesmo no terreno vocal e auditivo (FRANÇA, 1975, p. 71/77).

No direito brasileiro, aspecto patrimonial do direito ao nome é defendido por Fábio Leal e Cunha Gonçalves. Este refuta os argumentos utilizados para afastar a Teoria da Propriedade do Nome, da seguinte forma: no que toca à exclusividade, o autor afirma que dois homens podem ser proprietários de duas coisas iguais (*homonímias*), no que toca à impossibilidade de alienação, que não se pode ignorar a existência de outros tipos de propriedade também inalienáveis, e que o nome é adquirido por colação, doação ou ocupação, sendo, por isso, imprescritível e insuscetível de usucapião, sendo a transmissão hereditária, antes de ser obra de lei, é obra do pai (FRANÇA, 1975, p. 125/128).

É o autor, ainda, a favor da transmissibilidade do nome por testamento; e, por fim, no que toca ao argumento de que a origem histórica do nome protestaria contra a sua propriedade, afirma que os números de matrícula também são propriedade de quem os tem. Para ele, o nome não pode ser apenas um direito de personalidade, por sobreviver à pessoa, seja pela via familiar ou outra, o que não ocorre com os demais direitos de personalidade (FRANÇA, 1975, p. 125/128).

A seguir, vê-se a **Teoria do Direito Privado “*Sui Generis*”**. Quando defendida por Giovani Pachioni e Nicola Stolfi, por onde se baseia Serpa Lopes, é vista pelo seguinte viés: o direito ao nome comercial estaria melhor colocado junto aos direitos de invenção, senão os de propriedade; os autores não reconhecem nenhum direito do indivíduo sobre a própria imagem, admitindo apenas a tutela aquiliana<sup>3</sup> como suficiente para a sua defesa; o direito ao nome seria um direito *sui generis*, tendo por fundamento as normas de direito positivo, e, conforme sua função civil ou comercial, pode ser categorizado como um direito individual, imaterial ou pessoal. Para França, a expressão *sui generis* é vaga e imprecisa, e essa teoria nada mais é que

---

<sup>3</sup> Hoje também chamada de *responsabilidade aquiliana* ou *responsabilidade objetiva extracontratual*.

uma variante inacabada da Teoria do Direito da Personalidade (FRANÇA, 1975, p. 99/101 e 128/130).

A **Teoria Pluralista** tem dois vieses de defesa. O primeiro, encabeçado por Colin e Capitant, afirma que nenhum sistema geral e absoluto pode englobar a natureza jurídica do nome. Afirmam os autores, portanto, que esta variaria conforme os elementos de designação e a forma de tutela judicial, por exemplo: o sobrenome liga um indivíduo a uma família, sinal distintivo de filiação, de modo que a ação que tutela esse direito é uma ação de estado; a ação contra o uso do nome de outrem por alheio é uma ação de responsabilidade civil, etc. (FRANÇA, 1975, p. 79/81).

Roguin divide em três as faculdades de tutela jurídica do homem sobre o próprio nome, sendo elas o direito de tomar ou de usar certo prenome, sobrenome, título de nobreza ou outro elemento, o direito de exigir ser designado pelo próprio nome, e o direito de proibir outras pessoas de que usem seu nome, como expressão de si mesmos, para quaisquer fins (FRANÇA, 1975, p. 81/83).

A **Teoria do Direito Sobre Coisa Imaterial**, para França, assim como a Teoria do Direito Privado “*Sui Generis*”, nada mais é do que outra variante da Teoria do Direito de Personalidade. Para seus defensores, os direitos sobre a própria pessoa são subdivididos em direitos essenciais da personalidade humana, inatos, como o direito à vida, à liberdade e à honra (FRANÇA, 1975, p. 94/96).

Na segunda categoria estão os direitos sobre as coisas imateriais, dentre eles, o direito ao nome, ao título, à firma, à marca, sendo esses os direitos que não tem apenas eficácia designativa individualizante, mas também conteúdo amplo e exterior à pessoa, colocando-a em uma posição em relação ao mundo exterior que por vezes a ela preexiste (FRANÇA, 1975, p. 94/96).

A **Teoria do Direito Subjetivo Extrapatrimonial** desenvolvida por Spota conclui que a essência jurídica do nome é caracterizada por seu objeto imaterial, fazendo parte dos direitos individuais, porém, sem a característica patrimonial destes. Para ele, assim, o nome é meio de designar as pessoas, constituindo, como nomeado, um direito subjetivo intelectual extrapatrimonial. A teoria de mesmo nome, desenvolvida por Semon, define nome como uma instituição de ordem social, da qual derivam direitos e obrigações à pessoa e aos demais, sendo esse um direito subjetivo, inerente à personalidade (FRANÇA, 1975, p. 115/117).

França (1975, p. 96/99) ainda nomeia a **Teoria da Defesa da Função do Nome**, por Vivante e Sraffa, na qual entende-se que o que é tutelado pelo direito não é o nome, mas a função diferenciadora do nome, contra o uso ilegítimo que gera confusão ao invés de distinguir. O nome civil possui tutela na medida em que é a objetivação de bens ideais, como a reputação, a honra, os feitos intelectuais e morais de cada um, os atos e obras realizados.

Finalmente, a **Teoria do Direito da Personalidade** é amplamente defendida por diversos autores, sendo exposta mais extensamente por Limongi França em sua obra, especialmente por coincidir com o defendido por ele mesmo. Do berço alemão aos representantes brasileiros dessa prestigiada teoria, para além das pequenas divergências teóricas, possui a matriz de admitir a existência dos direitos de personalidade, dentre os quais encontra-se o nome (FRANÇA, 1975, p. 67/70, 83/92, 102/113, 118/122, 130/134).

O autor (FRANÇA, 1975, p. 137/139) relaciona diretamente o nome com a identidade de cada um dos membros de uma sociedade, fator de vida indispensável do qual promanam os aspectos jurídicos, tanto privados quanto públicos, de forma que o nome se torna, para o autor, a forma por meio da qual o bem da identidade de uma pessoa se realiza. Ainda que existam outros meios de identificação pessoal, a única conclusão que se pode tomar é que estes são direitos análogos ao direito ao nome, referentes a esses meios subsidiários ou especiais de identificação pessoal.

Classifica-o, portanto, como direito de personalidade essencial, imprescritível, inalienável, incessível, intransmissível, extracomercial, inexpropriável, insuscetível à estima pecuniária, irrenunciável, imutável e exclusivo, pois considerado como expressão das respectivas identidades, salientando o autor que, para ele, a homonímia não retira o caráter de exclusividade do nome (FRANÇA, 1975, p. 179/189).

Monteiro e Pinto (2012, p. 117/118), definem nome como o

[...] sinal exterior pelo qual se designa, se identifica e se reconhece a pessoa no seio da família e da comunidade. É a expressão mais característica da personalidade, elemento inalienável e imprescritível da individualidade da pessoa. Não se concebe, na vida social, ser humano que não traga um nome.

Leciona Rizzardo (2011, p. 170):

Aspecto importante também em relação à natureza do nome refere-se a ser ou não um direito patrimonial. Não é patrimonial no sentido de poder a pessoa dispor do nome, à semelhança como acontece com os direitos de autor, de marcas e patentes, de propriedade industrial, e com o nome comercial, revelando um conteúdo econômico e permitindo a transferência. Embora protegível

o nome da pessoa, e mesmo ensejando uma apreciação econômica, por ser um atributo pessoal e espiritual, é inalienável e intransferível.

Ainda, conforme Dias (2015, p. 112/113):

Os direitos de personalidade constituem direitos inatos [...]. São direitos indisponíveis, inalienáveis, vitalícios, intransmissíveis, extrapatrimoniais, irrenunciáveis, imprescritíveis e oponíveis *erga omnes*. O nome é um dos direitos mais essenciais da personalidade e goza de todas essas prerrogativas. À luz da psicanálise, o nome retrata não só a identidade social, mas, principalmente, a subjetiva, permitindo que a pessoa se reconheça enquanto sujeito e se identifique jurídica e socialmente. Trata-se de um bem jurídico que tutela a intimidade e permite a individualização da pessoa, merecendo a proteção do ordenamento jurídico de forma ampla. Assim, o nome dispõe de um valor que se insere no conceito de dignidade da pessoa humana (CF 1º, III).

Todos têm direito a um nome. Não só ao próprio nome, mas também à identificação de sua origem familiar. O nome dos pais e dos ancestrais comprova que a pessoa está inserida em um grupo familiar. O patronímico pertence à entidade familiar e identifica os vínculos de parentesco. Adquire-se o direito ao nome mesmo **antes de nascer**. [...] O nome individualiza as pessoas, as distingue durante a vida e é um elemento da personalidade que sobrevive à **morte**.

De todas as reflexões aqui apontadas, pode-se concluir a relação direta que existe entre princípios constitucionais como a dignidade humana, o direito à honra e à imagem, com o direito ao nome.

Para além de sua face patrimonial, ou mesmo do mundo estritamente jurídico, o nome é designativo do indivíduo tanto para ele mesmo – o que justifica, por exemplo, a tutela preventiva e corretiva aplicada aos nomes considerados vexatórios ou imorais, que serão analisados no subcapítulo subsequente –, quanto para os demais, além de ser elemento de identificação do pertencimento de alguém a um núcleo familiar, mesmo que vagamente. É essa a face do direito ao nome a ser levada em consideração adiante no presente trabalho.

### 1.3 A tutela do nome no ordenamento jurídico brasileiro

Como visto anteriormente, “[...] o estado civil da pessoa compreende o conjunto das qualidades constitutivas que afetam diretamente o indivíduo na sociedade e na família” (RODRIGUES, 2014, p. 48). A anotação desses dados e suas alterações são incumbência do Registro Público, perante o oficial do Registro Civil, com ou sem a interferência do Poder Judiciário.

Conforme se observa dos artigos 9º e 10º do Código Civil e do art. 29 e § 1º da Lei de Registros Públicos:

Art. 9º Serão registrados em registro público:

- I - os nascimentos, casamentos e óbitos;
- II - a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
- III - a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- IV - a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

Art. 10. Far-se-á averbação em registro público:

- I - das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal;
- II - dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação;

Art. 29. Serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

- I - os nascimentos;
- II - os casamentos;
- III - os óbitos;
- IV - as emancipações;
- V - as interdições;
- VI - as sentenças declaratórias de ausência;
- VII - as opções de nacionalidade;
- VIII - as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

§ 1º Serão averbados:

- a) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal;
- b) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que declararem a filiação legítima;
- c) os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente;
- d) os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos;
- e) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;
- f) as alterações ou abreviaturas de nomes.

Conforme Pereira (2012, p. 199), segundo os artigos acima transcritos, todos os atos ou fatos ligados ao estado civil das pessoas devem ficar consignados, de modo a assinalá-los definitivamente e a fazer prova as certidões de seus respectivos assentos exarados pelos oficiais que os têm por incumbência, correspondendo à inscrição dos momentos capitais da vida do indivíduo. O autor salienta que do registro se infere o estado enquanto subsistir, mas que este não constitui prova absoluta, por ser suscetível à anulação por erro ou falsidade.

Dentre tais registros encontra-se o Registro Civil, incluindo os nascimentos, casamentos, óbitos, emancipação de menores, seja a extrajudicial ou a judicial, interdição por incapacidade absoluta ou relativa, sentença declaratória de ausência e de morte presumida, bem como as opções de nacionalidade. À margem dos respectivos assentos ficam registradas as sentenças declaratórias de nulidade ou anulação de matrimônio, a separação, o restabelecimento da sociedade conjugal, o divórcio, as sentenças declaratórias de filiação, os atos de reconhecimento voluntário de filiação, e, por fim, as alterações ou abreviaturas dos nomes (PEREIRA, 2012, p. 199).

É dessa forma também que veem Monteiro e Pinto (2012, p. 97), que fazem maior pormenorização, ao trazerem à baila a definição o conceito de *estado*, como modo particular de existir, posição jurídica da pessoa no seio da coletividade, de que resultam múltiplas relações jurídicas.

Dentro do conceito de *estado*, portanto, que pode ser visto sob três ângulos, *individual*, *político* e *familiar*, é ressaltado este último, definido como a posição ocupada pela pessoa no seio da família conforme algum tipo de relação que a ligue àquele núcleo, como o vínculo conjugal, a união estável, o parentesco por consanguinidade e a afinidade, distinguindo as pessoas entre casadas, conviventes, solteiras, viúvas, separadas judicialmente e divorciadas, parentes, sejam consanguíneos e afins (MONTEIRO; PINTO, 2012, p. 97).

As hipóteses previstas pelo atual sistema empregado pela Lei dos Registros Públicos prevê, segundo Rodrigues (2014, p. 49/50), quatro diferentes tipos de atos a serem praticados quanto ao registro civil das pessoas naturais, sendo eles o *registro em sentido estrito*, a *averbação* (arts. 97 e seguintes), a *anotação* (arts. 106 a 109) e a *inscrição*.

Todas as pessoas devem, obrigatoriamente, ser registradas junto ao Registro Civil do local que nasceram, ainda que o nascimento ocorra sem vida, no prazo de quinze dias de seu nascimento. O nome é elemento identificador dos integrantes de uma família e revela ascendência, bem como a constituição de matrimônio, com a qual vem a denominação referente aos vínculos de parentesco que passam a marcar sua posição dentro do núcleo familiar, um sinal denotativo do lugar que cada qual ocupa no seio da própria família, como sogro, sogra, nora, genro, tios, sobrinhos, primos, cunhados, etc. (DIAS, 2015, p. 113/114).

O nome da pessoa tem dois elementos, compreendendo o *prenome* individual, e o *sobrenome*, também chamado de *patronímico* ou de *apelido de família*, que é transmissível hereditariamente. Também é assinalado o *agnome*, como *Júnior*, *Filho*, *Neto*, *Sobrinho*, *Segundo*, *Terceiro*, partículas acrescidas para evitar a ocorrência de confusão entre duas pessoas da mesma família que porventura possuam nomes idênticos (PEREIRA, 2012, p. 205/206),

Monteiro e Pinto (2012, p. 121) assinalam que também é válido o uso de partículas como “[...] *de*, *do*, *da*, *dos* e *das*, e seus correspondentes em idiomas estrangeiros, [...] porém não têm a importância que muita gente lhes empresta”.

Os títulos nobiliárquicos não fazem parte do nome, mas em casos especiais, especialmente nos meios literário, artístico, político, bem como em conventos, admite-se o uso

de nomes de guerra, pseudônimos, designações religiosas e alcunhas, sendo consideradas denominações de uso especializado que, caso adquiram notoriedade, permitindo a imediata identificação da pessoa designada e prevalecendo sobre seu nome, podem substituí-lo, passando o interessado a usá-lo em todos os atos da vida civil (MONTEIRO; PINTO, 2012, p. 121).

Comumente o registro é realizado com o prenome, o sobrenome da mãe e o do pai. Remanesce da cultura patriarcal a inexigência quanto ao sobrenome materno, muito embora não haja a exigência legal acerca da ordem de disposição dos patronímicos. O assento não faz mais a menção a pai ou mãe, com a admissão judicial da adoção por homossexuais, mas é obrigatória a menção ao nome dos genitores e dos avós (DIAS, 2015, p. 114/115).

Quando o declarante não fizer indicação do nome completo, o oficial deve lançar adiante do prenome o sobrenome do pai, e, na sua falta, o da mãe, caso conhecidos sejam (PEREIRA, 2012, p. 208).

Para Rodrigues (2014, p. 57), o sobrenome, como pertence a todo grupo familiar como entidade, não pode dispor dele o indivíduo, pois para determinar a situação jurídica de seu portador, é necessário que manifeste o parentesco.

Existe toda uma proteção à **imutabilidade** do nome, visando preservar a **segurança das relações sociais**. Por isso há severa resistência em admitir alterações do nome ou do sobrenome. Somente a correção de **erros** é que pode ser levada a efeito pela via administrativa (LRP 110) (DIAS, 2015, p. 113).

É assim que os autores defendem não apenas a impossibilidade de mudança do prenome, mas a impossibilidade da mudança do sobrenome, exceto nas hipóteses previstas em lei.

São seis as espécies de aquisição e perda do sobrenome, sendo elas classificadas em três gêneros: o primeiro gênero, para o premencionado autor, é *ipso iure*, decorrente do nascimento ou do reconhecimento de filiação; o segundo decorre de ato jurídico, como a adoção ou o casamento, e o terceiro, por ato do próprio interessado, por meio de requerimento ao juiz, hipótese em que o assento terá eficácia constitutiva (RODRIGUES, 2014, p. 59).

Com a **adoção**, a sentença estabelece um vínculo irrevogável entre adotante e adotado, conferindo a este o sobrenome do adotante, e, por vezes, a seu pedido, estenderá a modificação de seu registro também ao prenome, promovendo o registro do nome dos adotantes como pais, o nome de seus ascendentes e realizando o cancelamento do registro primitivo. Em relação ao



**casamento**, qualquer dos nubentes pode acrescentar o sobrenome do outro ao seu, sendo vedada a supressão de sobrenome próprio (RODRIGUES, 2014, p. 59/60).

Tal procedimento, conforma a jurisprudência, pode ser realizado tanto no procedimento de habilitação, quanto durante a constância do casamento. Esses efeitos são, logicamente, desfeitos caso seja declarada a **nulidade** da união, o que não se repete na situação de **divórcio**, onde persiste em nosso direito a noção de “culpa” (RODRIGUES, 2014, p. 59/60), como se observa da redação do art. 1.578 do Código Civil e seus incisos I ao III:

Art. 1.578. O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, desde que expressamente requerido pelo cônjuge inocente e se a alteração não acarretar:

I - evidente prejuízo para a sua identificação;

II - manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos da união dissolvida;

III - dano grave reconhecido na decisão judicial.

Assinala-se a possibilidade de renúncia ao nome pelo *cônjuge inocente*, que pode se dar a qualquer momento, conforme o parágrafo primeiro do artigo transcrito. Nas demais situações, conforme o parágrafo segundo do mesmo artigo.

Rodrigues (2014, p. 60) assinala que tais alterações resultam do § 5º do art. 226 da Constituição Federal, enunciado recepcionado pelo art. 1.565 do Código Civil, na tentativa de igualar homens e mulheres dentro da instituição da família.

Em caso de viuvez, é facultado ao cônjuge sobrevivente a manutenção ou a exclusão do sobrenome do *de cujus* (RODRIGUES, 2014, p. 60).

De acordo com Monteiro e Pinto (2012, p. 120/122), o prenome pode ser escolhido *ad libitum* dos interessados, tanto na onomástica nacional como na peregrina. Pode ser simples (José, Antônio, Pedro), duplo (José Carlos, Vitor Hugo, João Batista), sendo essas as modalidades mais comuns, mas nada impede que seja triplo, quádruplo e assim por diante, como sucede nas famílias reais.

Segundo Rodrigues (2014, p. 66), torna-se obrigatório, apenas, o emprego de prenome duplo no caso de registro de nascimento de gêmeos ou simplesmente de irmãos com igual prenome, de forma que possa-se distinguir um do outro.

Conforme art. 58 da Lei de Registros Públicos, o prenome será definitivo, sendo aceita, como visto anteriormente, a sua substituição por apelidos públicos notórios. O princípio da imutabilidade em relação ao prenome, entretanto, não é tão inflexível quanto no que toca ao sobrenome. Isto porque

O objetivo do legislador é evitar que a pessoa, por malícia ou capricho, esteja a todo instante a mudar de nome. O prenome, para ser alterado, deve trazer constrangimento ou vexame ao portador, impondo-se a alteração porque, nessas circunstâncias, prevalece a dignidade da pessoa humana sobre o interesse público da identificação dos indivíduos e o princípio da imutabilidade dos registros públicos (MONTEIRO; PINTO, 2012, p. 123/124).

O nome suscetível de expor seu portador ao ridículo é tido como o prenome não normalmente empregado com essa finalidade, mas que, de acordo com o senso comum, constitui expressão utilizada apenas para designar numerais, coisas, lugares, acidentes geográficos, fenômenos naturais, anomalias físicas, sociais ou psíquicas, animais, etc. Quanto ao nome reputado como imoral, como “Lúcifer”, “Mussolini”, “Lampião” ou “Hitler”, são aqueles que sujeitam seus portadores à antipatia ou escárnio social (RODRIGUES, 2014, p. 67/68).

A tutela desse tipo de nome é predominantemente preventiva, com a vedação do registro destes pelo oficial, cabendo ao juiz decidir caso seja a questão suscitada, de acordo com o art. 55 da Lei de Registros Públicos. Também é aceito o cancelamento do registro, conforme o caso, inclusive por fatos supervenientes ao registro (RODRIGUES, 2014, p. 68). Salienta Fernandes Filho (2013), o requerimento de alteração do nome civil por exposição da pessoa ao ridículo abarca motivação de cunho subjetivo pelo requerente.

O comando do art. 56 da Lei n. 6.015/1973 é claro: *“O interessado, no primeiro ano após a maioridade, poderá promover a alteração do nome desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa”*. Para o Tribunal de Justiça de São Paulo,

A explicação é simples. Não se escolhe o nome ao nascer, poder atribuído aos pais, ou até a terceiros, se forem estes os declarantes. Mas não se pode condenar alguém a suportar para sempre um nome com o qual não se adapta, com o qual não se afina. Por isso o legislador garantiu a todos que escolhessem novo nome, direito vinculado à simples vontade. Mas estabeleceu prazo para isso, qual seja, primeiro ano após ser atingida a maioridade (SÃO PAULO, 2012).

Além dos precitados casos de nomes suscetíveis a expor seu portador ao ridículo, bem como a substituição por apelidos notórios e proteção a testemunhas, também se tem os casos de evidente erro gráfico e a adoção como hipóteses de alteração do nome (PEREIRA, 2012, p. 208).

Segundo o art. 57 da Lei de Registros Públicos, em todos os casos de alteração do nome, deverá ser o Ministério Público ouvido, exceto na hipótese de retificação por *“erros que*

*não exijam qualquer indagação para a constatação imediata da necessidade de sua correção”* contida no art. 110 da Lei de Registros Públicos, que também dispensa a publicação pela imprensa.

As alterações do nome no registro civil são objeto de procedimento judicial de jurisdição voluntária, salvo nos casos que envolvam o estado do portador ou atinjam direito de terceiros (PEREIRA, 2012, p. 209), ou seja, quando não guardar relação com *“a própria identidade das partes, sendo, por exemplo, posta em dúvida a filiação, ou paternidade”*, momento em que aparece o interesse público, sendo então tutelada por rito ordinário (MONTEIRO; PINTO, 2012, p. 127).

## **CAPÍTULO 2 - O DESAFIO**

A atual tutela do nome no Brasil, como visto, é normatizada pela Lei n. 6.015, promulgada no ano de 1973 – ou seja, anteriormente à promulgação da Carta Magna vigente -, e tem sua eficiência e aptidão postas à prova frente à constitucionalização do Direito Civil e à dinamização das relações sociais na contemporaneidade, razão pela qual esses temas serão abordados.

### **2.1 A constitucionalização do Direito Civil brasileiro e seus efeitos no campo do direito de família**

Nas teorias contratualistas do contexto iluminista de extirpação de privilégios feudais, a comunidade política é o resultado de um pacto entre indivíduos igualmente livres que renunciam sua liberdade natural para que seja assegurado o desfrute recíproco de seus direitos em clima de ordem e convivência. A existência do Estado se justifica no monopólio da violência, cujo uso é autorizado para coagir a violação os direitos individuais, inclusive contra o próprio aparato estatal (UBILLOS, 2008, p. 219/220).

O Código Civil, nesse contexto, se erige na verdadeira carta constitucional dessa sociedade autossuficiente, sancionando os princípios da autonomia da vontade e da liberdade contratual como eixo da regulação das relações jurídicas privadas, sob uma suposição de igualdade entre as partes, como expressão dessa liberdade individual (UBILLOS, 2008, p. 219/220).

O Código Civil brasileiro de 1916 vem na esteira do Código Napoleônico de 1804, que, como fruto desse contexto histórico de libertação do homem comum dos privilégios feudais e da sociedade estamental, defendendo as máximas da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade, possuía feição patrimonialista, dotado da função de conferir estabilidade e segurança nas atividades privadas, sob a ótica de que, protegendo-se a circulação de riquezas, garantir-se-ia que o enriquecimento individual passaria a ser produto do mérito de cada cidadão (FARIAS, ROSENVALD, 2012, p. 63/64; TEPEDINO, 2004, p. 2/3).

Como critica Lôbo (1999, p. 99/100), “[...] *Parecia que as relações jurídicas interpessoais, particularmente o direito das obrigações, não seriam afetadas pelas vicissitudes históricas, permanecendo válidos os princípios e regras imemoriais [...]*”.

A segurança almejada por esse paradigma, portanto, só poderia ser alcançada mediante uma unificação legislativa, na ideia de um *ordenamento*, um sistema orgânico, axiológico, uno, monolítico e centralizado, capaz de promover a ordenação social em toda a sua complexidade. Com um Código imutável, entretanto, sob a ilusão de ser perfeito e acabado, o legislador teve a mão forçada à criação de robusto contingente de leis extravagantes, destinadas a regular as inúmeras situações jurídicas suscitadas e por ele não abrangidas, a ponto de ser formado um direito especial, paralelo ao direito comum, perdendo o caráter de excepcionalidade pelo qual se justificava (TEPEDINO, 2004, p. 6 2005, p. 226/228).

A fragmentação do Direito brasileiro, que passou a se decompor em uma pluralidade de núcleos legislativos – o que o tornaria necessariamente aberto e heterogêneo, contrariamente ao proposto no paradigma do *mundo da segurança* – a única forma de reunificá-lo sem extirpar sua inerente complexidade seria pela centralização de uma tábua axiológica que pudesse expressar a identidade cultural da sociedade, papel que foi tomado pela Constituição (TEPEDINO, 2004, p. 6; 2005, p. 226/228).

O marco histórico do novo direito constitucional, assim, vem da Europa continental, em razão do constitucionalismo pós-guerra que se deu imediatamente após a Segunda Guerra Mundial e ao longo da segunda metade do século XX, com a aproximação do direito constitucional e do conceito de *democracia*, seja sob a denominação de *Estado democrático de direito*, *Estado constitucional de direito* ou *Estado constitucional democrático*, possuindo todos, entretanto, a mesma função: afastar a neutralidade axiológica da Carta Magna e estabelecer deveres sociais nas instituições contemporâneas (BARROSO, 2008, p. 238/239; GONÇALVES, 2008, p. 3/5).

Com a superação do monismo de fontes, da rigidez literal da hermenêutica e da significação monolítica dos institutos e figuras jurídicas que constituem as relações sociais, realizados por meio da elevação dos princípios fundamentais ao Direito Civil ao plano constitucional, conferindo-lhe força normativa, “[...] *Diz-se, com certa dose de exagero, que o direito privado passou a ser o direito constitucional aplicado, pois nele se detecta o projeto de vida em comum que a Constituição impõe*” (FACHIN, 2008, p. 12; LÔBO, 1999, p. 100).

Filosófica e teoricamente, o pós-positivismo buscou superar a legalidade estrita sem desprezar o direito posto, procurando empreender uma leitura moral do direito. O equilíbrio dessa nova hermenêutica constitucional, que objetiva evitar voluntarismos ou personalismos ao mesmo passo em que desenvolve uma teoria dos direitos fundamentais edificada sobre o pilar da dignidade humana, o direito e a filosofia se aproximam, conferindo-se força normativa à Constituição que não se limita ao seu próprio plano natural de jurisdição, já que impõe uma dogmática de interpretação constitucional (BARROSO, 2008, p. 239/240).

Entra em cena, assim, a valorização do coletivo em detrimento do individual, com uma interpretação sociológica do Direito, onde as questões jurídicas levadas para apreciação devem passar pelo crivo da equidade e das regras da razão, conforme as experiências pessoais dos aplicadores e julgadores, conforme os aspetos temporais, locais e subjetivos que a envolvem (TARTUCE, 2015, p. 90/93).

Essa tendência do Direito, que vem a concretizar os direitos difusos e coletivos, concebe uma nova lógica para o Direito Civil, por meio do caminho metodológico chamado Direito Civil Constitucional, explicado pela teoria tridimensional de Miguel Reale: os três subsistemas de fatos, valores e normas são abertos e dinâmicos, em constante diálogo, pois prevalece a constatação de que a norma pode não ser suficiente para a resolução do conflito (TARTUCE, 2015, p. 90/93).

Do ponto de vista do Direito de Família, a transição de um paradigma civilista engessado que traduzia como modelo jurídico a família patriarcal, monogâmica, parental e patrimonial, copiado da tradição romana e recepcionado pelo cristianismo medieval, para uma realidade que reconhece a função basilar do afeto para a continuidade das relações familiares, abandonando a ideia de hierarquia, veio adequar a norma e sua aplicação à complexidade da vida cotidiana e contemplar grupos cujos direitos, para além dos patrimoniais, eram ignorados, como as mulheres e os filhos (LÔBO, 1999, p. 102; PAULA, 2007, p. 45).

A mudança hermenêutica do Direito Civil, na parte que concerne o Direito de Família, decorrentes de sua constitucionalização e repersonalização, portanto, geraram, como aos outros ramos do Direito Civil, uma imposição da aplicação de seus princípios também a esse ramo jurídico, dos quais emanam princípios específicos, que serão analisados a seguir.

Dentre os princípios genéricos encontra-se o princípio da dignidade humana, considerado princípio máximo, pressuposto para a formação da Carta Magna, tanto que previsto

em seu primeiro artigo. Foi fundamental para a despatrimonialização do conceito de família, o que, conseqüentemente, gerou a mudança no entendimento do que vem a ser requisito para que se estabeleça a filiação (GONÇALVES, 2008, p. 5/7).

Em seguida, nomeia-se o princípio da isonomia, como se vê da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Para Welter (2009, p. 240) essa igualdade se estende a todos os membros da família, não se limitando à clássica igualdade entre homens e mulheres, de forma a acolher a tridimensionalidade humana genética, afetiva e ontológica, da qual decorre o direito ao filho a esses três mundos, de forma que a negação de qualquer um deles, seja pelos pais, legislador, comunidade jurídica ou sociedade, importa na violação de direito indisponível, irrenunciável, imprescritível e intangível do filho.

Por fim, dentre os princípios genéricos, destaca-se o princípio da liberdade, entendida como liberdade de escolha, autonomia para constituir e extinguir entidades familiares (GONÇALVES, 2008, p. 7).

Conforme a autora, dentre os princípios específicos, vê-se como importantes os do pluralismo familiar, do poder familiar igualitário, do melhor interesse da criança e da igualdade jurídica entre todos os filhos (GONÇALVES, 2008, p. 7).

O princípio do pluralismo familiar possibilitou que o Direito abarcasse outros modelos de agregação familiar diferentes do proveniente do matrimônio, estando representado no art. 226 da Constituição, quando o constituinte referiu-se ao termo *família* no *caput*, afirmando-a como a base da sociedade e merecedora de proteção especial por parte do Estado, e, nos parágrafos 3º e 4º, utilizou-se do termo *entidade familiar*, denotando a existência de outras formas de família, de modo que o rol é exemplificativo, sendo que todas as diversas formas de constituições familiares são merecedoras da mesma tutela legal (GONÇALVES, 2008, p. 8).

Sobre esse princípio, leciona Dias (2005), “[...] *é chegada a hora de pôr um fim a essa verdadeira alquimia e enlaçar as relações afetivas - todas elas, tenham a conformação que tiverem - no conceito de entidade familiar*”. E acrescenta: “[...] *A família à margem do casamento passou a merecer tutela constitucional porque apresenta condições de sentimento,*

*estabilidade e responsabilidade necessários ao desempenhar das funções reconhecidamente familiares”.*

Para ela, tal redimensionamento paradigmático gerou a inclusão dos núcleos monoparentais no conceito de família, e acarretou a exclusão do requisito de finalidade procriativa, ou seja, da finalidade de *ter filhos*, que advinha da necessidade de proteger o patrimônio de forma a mantê-lo em sua linhagem genética, por meio da tradição hereditária (DIAS, 2015, p. 36).

Ainda que superado o patriarcalismo que asfixiava as relações de afeto familiares pela sua patrimonialização, a Constituição ainda possui como requisito essencial e foco primordial na conceituação de entidade familiar o parentalismo, ou seja, a presença da figura do pai ou da mãe, ou de ambos. No mundo dos fatos, entretanto, é absurdo negar que, por exemplo, mortos os pais, não constituem os irmãos uma família (BARROS, 2002). Identifica Villela (1999, p. 19) que

O descompasso entre o que é família o que dela fizeram ou pretenderam fazer revela-se particularmente dramático na persistência do resíduo que a vê como produto do direito estatal ou do direito eclesiástico. A família não é criação do Estado ou da Igreja. Tampouco é uma invenção do direito como são, por exemplo, o *leasing*, a sociedade por cotas de responsabilidade limitada, o mandado de segurança, o aviso prévio, a suspensão condicional da pena ou o devido processo legal. Estes institutos são produtos da cultura jurídica e foram criados para servir a sociedade. Mas a família antecede ao estado, preexiste à Igreja e é contemporânea ao direito. Pela ordem natural das coisas, não está no poder de disposição do Estado ou da Igreja desenhar, ao seu arbítrio, o perfil de família. O poder jurídico de um e de outra relativamente à família não pertence à ordem da atribuição. Pertence, ao contrário, à ordem do reconhecimento.

Assim, no dizeres de Barros (2002) “[...] *é preciso corrigir, ou, dizendo com eufemismo, atualizar o texto da Constituição brasileira vigente, começando por excluir do conceito de entidade familiar o parentalismo: a exigência de existir um dos pais*”.

O poder familiar igualitário está previsto nos artigos 226, § 5º, e 1.634 do Código Civil, nos seguintes termos:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...]

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:

O melhor interesse da criança encontra-se previsto no *caput* do mencionado artigo 227 da Constituição:



Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Tal princípio não se limita, entretanto, à Carta Magna, sendo observado também no artigo 1.584 do Código Civil, que estabelece a guarda compartilhada, e difusamente no Estatuto da Criança e do Adolescente, que possui todo o texto voltado à proteção integral dos incapazes e relativamente incapazes (BARROS, 2002).

Por fim, o último princípio mencionado está previsto em diversos diplomas legais, a começar pela Constituição Federal:

Art. 227. [...]

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

O dispositivo foi repetido *ipsis litteris*, como se extrai do o Código Civil de 2002:

Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990):

Art. 20. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Este princípio possui repercussão não apenas no campo patrimonial, mas no pessoal, o que enfatiza mais uma vez o foco antropocêntrico constitucional (BARROS, 2002, p 7). Conforme Lôbo (2011, p. 24), o tratamento assimétrico dispensado aos filhos não possuía como motivo a proteção do núcleo familiar, e sim a proteção do patrimônio familiar.

Assim, “[...] a caminhada progressiva da legislação rumo à completa equalização do filho ilegítimo foi delimitada ou contida pelos interesses patrimoniais em jogo, sendo obtida a conta gotas”, com, primeiramente, o direito à prestação de alimentos pelo genitor, em segundo, pela participação em 25% (vinte e cinco por cento) na herança, e, em seguida, pela participação em 50% (cinquenta por cento) da herança, para, por fim, atingir a totalidade desta, em pé de igualdade em relação aos demais filhos do *de cujus* (LÔBO, 2001, p. 24).

Segundo Paula (2007, p. 50/53), como visto, a promulgação da Constituição Federal de 1988 gerou importantes mudanças no Direito de Família, o que refletiu a força das

transformações sociais. O princípio da igualdade da filiação se destacou, evidenciando o que posteriormente foi denominado “princípio da afetividade”, que passou a ter posição central na definição de família.

Para a autora, com a introdução dos princípios da dignidade, igualdade e liberdade na tutela da família, o vínculo biológico-jurídico de paternidade deu lugar, em parte, à realidade da socioafetividade, de forma que a filiação passa a ser identificada pelo vínculo paterno-filial afetivo, sendo o que prevalece sobre as realidades biológica e legal. E acrescenta: *“Nada mais autêntico do que reconhecer como pai quem age como pai, quem dá afeto, quem assegura a proteção e garante a sobrevivência”* (2007, p. 50/53).

Acrescenta Gonçalves (2008, p. 9)

Eis que exsurge - já que não se trata de algo tão recente e elemento já utilizado como caracterizador das relações familiares em outros momentos, conforme dito alhures -, o afeto que deve ser entendido como denominador comum de qualquer núcleo familiar.

Não se trata apenas de uma remodelação do direito de família, utilizando-se de alguns princípios trazidos pela Constituição para mascarar o surgimento de algo novo, utilizando-se da forma mais fácil e cômoda, o que, provavelmente, acaba por deixar vestígios de sistemas anteriores baseados em ideias contrárias ao progresso da humanidade.

Além dos princípios elencados, também foi promulgada legislação extravagante no sentido de garantir maior proteção à entidade familiar, nos moldes ditados pela nova ótica constitucional, como a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e Lei n. 12.010/90 (Lei Nacional da Adoção) (SOUZA, 2010, p. 60).

## 2.2 Os casos atuais que desafiam a tutela clássica do nome

O ser humano, no decorrer de sua vida, vai adquirindo vários nomes, como no momento do acréscimo do nome de casado, de adotado, de convivente, por ser assim conhecido publicamente, no reconhecimento voluntário ou judicial da paternidade/maternidade, etc. Esses nomes formam o seu modo de ser no mundo, pois os nomes se encontram em formação contínua da vida, de modo que renunciá-los importaria em abdicar da carga da história, da experiência de vida, da evolução da espécie e da linguagem humana, que é um peso que acoberta toda o trajeto de vida de alguém (WELTER, 2009, p. 180/181).

Dessa forma, todos os nomes adquiridos pela pessoa, seja por meio do pai e mãe genético ou afetivo, casamento, união estável, adoção, reconhecimento social ou voluntário da filiação, são irrenunciáveis, imprescritíveis, intangíveis e indisponíveis, pois, ao que alguém acresce o nome de outrem ao seu, ou confere seu nome a outrem, estará impossibilitado de

renunciar à linguagem de seu nome, de sua ancestralidade, de seu modo de ser em família e de seus três modos de ser no mundo, de seu nome na história da vida (WELTER, 2009, p. 180/181).

A pessoa humana tem necessidade de afirmar a própria individualidade, diferenciando-a das outras, para ser conhecida pelo que é. O nome é o elemento designativo da pessoa na língua que é comum aos outros, tornando-se possível essa identificação, ainda que ausente. Nome é “*meio geral da linguagem, próprio para indicar qualquer ente, físico ou imaterial; é o substantivo que serve para designar as coisas e as pessoas*” (DA MARIA, 2000, p. 49)

Adquire relevância jurídica quando serve para individualizar as pessoas, constituindo um dos direitos mais essenciais da personalidade. Para a psicanálise, o nome é o suporte não só da identidade social, mas também da identidade subjetiva, tendo a função de *humanizar* o filho como sujeito de direito (e de desejo), conferindo à criança um lugar dentro de uma linhagem, oferecendo-lhe, por meio do direito, o espaço necessário para que construa sua estrutura psíquica (DA MARIA, 2000, p. 49 e 52).

A doutrina e a jurisprudência italianas, a partir do final da década de 70, elaboraram um novo direito de personalidade, denominado de *direito à identidade pessoal*, entendido como o direito de *ser a si mesmo*, um respeito à imagem da pessoa participante da vida em sociedade, com suas convicções ideológicas, religiosas, morais e sociais, que diferenciam e qualificam a pessoa. A identidade pessoal, então, constituiria um bem em si mesma, independente da condição pessoal e social, das virtudes e dos defeitos do sujeito, de modo que a cada um é reconhecido o direito a que sua individualidade seja preservada (DA MARIA, 2000, p. 73).

Dentre os diversos aspectos dessa identidade pessoal, o seu primeiro e mais imediato elemento caracterizador é o nome, que assume a condição de sinal distintivo e identificador da pessoa na sociedade em que vive. É nesta medida em que se tem o direito de ser apresentado na vida social com a real identidade, tal qual como esta é, ou deveria ser, conhecida (DA MARIA, 2000, p. 73).

Para França (1975, p. 22) o nome é elemento indispensável ao próprio conhecimento, porquanto é em torno dele que a mente agrupa a série de atributos pertinentes aos diversos indivíduos, o que permite sua caracterização e seu relacionamento com os demais. Por meio dele seus respectivos titulares são conhecidos e se dão a conhecer, ou seja, se identificam e diferenciam em sua relação aos demais.

Dessa forma, importância jurídica do nome não se limita à sua *importância jurídica*, mas estende-se pela tutela que abriga o princípio-maior da dignidade humana, uma vez que “[...] o ser humano não é um animal inteligente, e sim um ser humano, que convive e compartilha entre os humanos em um mundo humano, e não em um mundo natura, animal”. Assim, “o ser humano somente se transforma em humano nos mundos afetivo (modo de ser-em-família e em sociedade) e ontológico (o ser humano e suas circunstâncias pessoais)” (WELTER, 2009, 182/183).

Oposta ao pensamento clássico de que o centro do existir humano volveria em torno de sua razão, em verdade, é a linguagem que ocupa esse espaço, sendo ela que apresenta o mundo humano como tal, que permite o desenvolvimento de concepções acerca do mundo, estando o indivíduo nela completamente mergulhado, a importância do nome se torna cristalina, uma vez que também é linguagem. A linguagem do nome é inseparável de toda a experiência, vivência, acontecer, evento, episódio existencial, de todo o modo de ser-no-mundo, uma vez que o ser humano é um ser histórico, cuja condição e dignidade humana evolui com base em todos os eventos de sua vida (WELTER, 2009, p. 182/183).

Ademais, cada ser humano é um centro autônomo de interesses, sendo que a tutela da identidade abrange tanto sua configuração somático-psíquica, que comporta sua imagem física, gestos, voz, escrita e retrato moral, quanto sua inserção histórico-ambiental, onde se encontra a proteção da sua imagem de vida, de sua história pessoal, de seu decoro, de sua reputação e bom nome, de seu crédito, de sua identidade sexual, familiar, racial, linguística, política, religiosa e cultural (CAMBI; MACIEL, 2007, p. 24/25).

É no conflito da tutela de todas essas faces da identidade, na forma do nome atribuído a alguém, com a tutela da imutabilidade relativa conferida ao Registro Civil da Pessoa Natural, que surge o desafio, especialmente, como será tratado a seguir, no que toca à *transexualidade* e à *filiação socioafetiva*, que não possuem previsão específica na legislação.

### **2.2.1 Transexualidade**

Conceitua Dias (2015, p. 127/128) que a transexualidade é a falta de coincidência entre o sexo anatômico e o psicológico, situando tal realidade no âmbito do direito de personalidade

e do direito à intimidade, ambos imbuídos de atenção constitucional. Ou seja, a identificação do indivíduo feita no momento do nascimento por meio do critério anatômico não é a única circunstância para a atribuição de uma identidade sexual a um cidadão.

O Conselho Federal de Medicina passou a entender a transexualidade como espécie de transtorno de identidade sexual, e a cirurgia de redesignação da morfologia genital externa como uma solução terapêutica, por meio das Resoluções n. 1.652/2002 e 1.955/2010 (RODRIGUES, 2014, p. 85).

A jurisprudência admite a alteração do nome e gênero no Registro Civil, ainda que sem a intervenção cirúrgica, com base no princípio da dignidade humana. Conforme a autora, *“como a Justiça não pode impor que alguém se submeta a intervenção cirúrgica para ter assegurado o direito à própria identidade, vem sendo admitida não só a retificação do nome, mas também da identidade sexual mediante o reconhecimento da identidade social”* (DIAS, 2015, p. 128).

A importância da coincidência entre o gênero socialmente atribuído ao nome designativo dessa pessoa e aquele com o qual ela se identifica, para além do que foi a ela atribuído em razão da morfologia genital, vem como forma de reconhecer a identidade dessa pessoa, respeitando-se, assim, não apenas a sua vontade, mas a sua dignidade (BENTO, 2014, p. 166/167 e 176).

É daí que vem a necessidade de *retificação do Registro Civil* daqueles que se identificam *transexuais*, por meio do chamado *nome social*, que é o *“[...] modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar constrangimento”* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

Por ocasião de julgamento do Recurso Especial n. 1.008.398/SP, assim foi decidido:

Direito civil. Recurso especial. Transexual submetido à cirurgia de redesignação sexual. Alteração do prenome e designativo de sexo. Princípio da dignidade da pessoa humana.

- Sob a perspectiva dos princípios da Bioética – de beneficência, autonomia e justiça –, a dignidade da pessoa humana deve ser resguardada, em um âmbito de tolerância, para que a mitigação do sofrimento humano possa ser o sustentáculo de decisões judiciais, no sentido de salvaguardar o bem supremo e foco principal do Direito: o ser humano em sua integridade física, psicológica, socioambiental e ético-espiritual.

- A afirmação da identidade sexual, compreendida pela identidade humana, encerra a realização da dignidade, no que tange à possibilidade de expressar todos os atributos e características do gênero imanente a cada pessoa. Para o transexual, ter uma vida digna importa em ver reconhecida a sua identidade sexual, sob a ótica psicossocial, a refletir a verdade real por ele vivenciada e que se reflete na sociedade.

- A falta de fôlego do Direito em acompanhar o fato social exige, pois, a invocação dos princípios que funcionam como fontes de oxigenação do ordenamento jurídico, marcadamente a dignidade da pessoa humana – cláusula geral que permite a tutela integral e unitária da pessoa, na solução das questões de interesse existencial humano.
- Em última análise, afirmar a dignidade humana significa para cada um manifestar sua verdadeira identidade, o que inclui o reconhecimento da real identidade sexual, em respeito à pessoa humana como valor absoluto.
- Somos todos filhos agraciados da liberdade do ser, tendo em perspectiva a transformação estrutural por que passa a família, que hoje apresenta molde eudemonista, cujo alvo é a promoção de cada um de seus componentes, em especial da prole, com o insigne propósito instrumental de torná-los aptos de realizar os atributos de sua personalidade e afirmar a sua dignidade como pessoa humana.
- A situação fática experimentada pelo recorrente tem origem em idêntica problemática pela qual passam os transexuais em sua maioria: um ser humano aprisionado à anatomia de homem, com o sexo psicossocial feminino, que, após ser submetido à cirurgia de redesignação sexual, com a adequação dos genitais à imagem que tem de si e perante a sociedade, encontra obstáculos na vida civil, porque sua aparência morfológica não condiz com o registro de nascimento, quanto ao nome e designativo de sexo.
- Conservar o “sexo masculino” no assento de nascimento do recorrente, em favor da realidade biológica e em detrimento das realidades psicológica e social, bem como morfológica, pois a aparência do transexual redesignado, em tudo se assemelha ao sexo feminino, equivaleria a manter o recorrente em estado de anomalia, deixando de reconhecer seu direito de viver dignamente.
- Assim, tendo o recorrente se submetido à cirurgia de redesignação sexual, nos termos do acórdão recorrido, existindo, portanto, motivo apto a ensejar a alteração para a mudança de sexo no registro civil, e a fim de que os assentos sejam capazes de cumprir sua verdadeira função, qual seja, a de dar publicidade aos fatos relevantes da vida social do indivíduo, forçosa se mostra a admissibilidade da pretensão do recorrente, devendo ser alterado seu assento de nascimento a fim de que nele conste o sexo feminino, pelo qual é socialmente reconhecido.
- Vetar a alteração do prenome do transexual redesignado corresponderia a mantê-lo em uma insustentável posição de angústia, incerteza e conflitos, que inegavelmente atinge a dignidade da pessoa humana assegurada pela Constituição Federal. No caso, a possibilidade de uma vida digna para o recorrente depende da alteração solicitada. E, tendo em vista que o autor vem utilizando o prenome feminino constante da inicial, para se identificar, razoável a sua adoção no assento de nascimento, seguido do sobrenome familiar, conforme dispõe o art. 58 da Lei n.º 6.015/73.
- Deve, pois, ser facilitada a alteração do estado sexual, de quem já enfrentou tantas dificuldades ao longo da vida, vencendo-se a barreira do preconceito e da intolerância. O Direito não pode fechar os olhos para a realidade social estabelecida, notadamente no que concerne à identidade sexual, cuja realização afeta o mais íntimo aspecto da vida privada da pessoa. E a alteração do designativo de sexo, no registro civil, bem como do prenome do operado, é tão importante quanto a adequação cirúrgica, porquanto é desta um desdobramento, uma decorrência lógica que o Direito deve assegurar.
- Assegurar ao transexual o exercício pleno de sua verdadeira identidade sexual consolida, sobretudo, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, cuja tutela consiste em promover o desenvolvimento do ser humano sob todos os aspectos, garantindo que ele não seja desrespeitado tampouco violentado em sua integridade psicofísica. Poderá, dessa forma, o redesignado exercer, em amplitude, seus direitos civis, sem restrições de cunho discriminatório ou de intolerância, alçando sua autonomia privada em patamar de igualdade para com os demais integrantes da vida civil. A liberdade se refletirá na seara doméstica, profissional e social do recorrente, que terá, após longos anos de sofrimentos, constrangimentos, frustrações e dissabores, enfim, uma vida plena e digna.
- De posicionamentos herméticos, no sentido de não se tolerar “imperfeições” como a esterilidade ou uma genitália que não se conforma exatamente com os referenciais científicos, e, conseqüentemente, negar a pretensão do transexual de ter alterado o designativo de sexo e nome, subjaz o perigo de estímulo a uma nova prática de eugenia social, objeto de combate da Bioética,

que deve ser igualmente combatida pelo Direito, não se olvidando os horrores provocados pelo holocausto no século passado. Recurso especial provido.

Ainda, acerca da publicidade da alteração registral realizada, extrai-se do corpo do voto da Ministra Relatora Nancy Andrighi:

Sobretudo, assegurar ao transexual o exercício pleno de sua verdadeira identidade sexual consolidada, sobretudo, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, cuja tutela consiste em promover o desenvolvimento do ser humano sob todos os aspectos, garantindo que ele não seja desrespeitado tampouco violentado em sua integridade psicofísica. Poderá, dessa forma, o redesignado exercer, em amplitude, seus direitos civis, sem restrições de cunho discriminatório ou de intolerância, alcançando sua autonomia privada em patamar de igualdade com os demais integrantes da vida civil. A liberdade se refletirá na seara doméstica, profissional e social do recorrente, que terá, após longos anos de sofrimentos, constrangimentos, frustrações e dissabores, enfim, uma vida plena e digna.

[...]

Determino, outrossim, que das certidões do registro público competente não conste que a referida alteração é oriunda de decisão judicial, tampouco que ocorreu por motivo de redesignação sexual de transexual (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, 2009).

A determinação de abstenção do Registro Público à menção da razão da alteração do nome da parte se deu, portanto, para resguardá-la não só de constrangimento, mas também de violência, discriminação ou intolerância, resguardando seu direito constitucional à dignidade, intimidade e igualdade.

### **2.2.2 Filiação socioafetiva**

Na tradição jurídica brasileira, o conflito entre filiação biológica e socioafetiva sempre foi resolvido em favor da primeira. Apenas recentemente a segunda passou a ser considerada merecedora de atenção pelos juristas (LÔBO 2004, p. 48). Isto porque, conforme Madaleno (2011, p. 500/501), ainda persistem as presunções conjugais de paternidade, nos moldes do art. 1.597 do Código Civil. Essa presunção, de caráter relativo, advém da “[...] impossibilidade de ser diretamente provado o elo paterno, e numa época onde a maternidade era sempre certa e o pai da criança era o marido da mãe [...]”.

A presunção *pater is est*, assim, se dá quando, concebidos na constância do casamento, os filhos são nascidos pelo menos cento e oitenta dias depois de estabelecimento da convivência conjugal, e quando são nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade

conjugal, seja por mote, separação judicial, nulidade e anulação do casamento (MADALENO, 2011, p. 501/502).

O art. 1.597 do Código Civil ainda traz em seus três últimos incisos as possibilidades de:

Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

[...]

III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;

IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;

V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

Os arts. 1.598 e 1.599 administram, por sua vez, algumas limitações da presunção de paternidade. Em caso de contração de novas núpcias pela esposa após o óbito de seu cônjuge, o filho se presume do primeiro marido quando nascido dentro dos trezentos dias após seu falecimento, a partir de quando será presumido do segundo esposo, desde que já decorrido cento e oitenta dias de convivência.

A prova de impotência pelo cônjuge, por sua vez, ilide a presunção de paternidade. A seguir, os artigos 1.600 ao 1.602 declaram que cabe ao marido contestar a paternidade dos filhos, sendo tal ação imprescritível, não bastando o adultério ou a confissão materna para a exclusão da paternidade.

Para além dos limites da lei civil, as acepções jurídicas de família para os demais campos do direito brasileiro se diversificam. No que toca à Lei que institui o programa Bolsa Família (Lei n. 10.836/2004), de cunho social, família é definida como a

Art. 2º [...]

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros; (grifo não original)

Pelo critério fiscal, considera-se família os genitores, filhos até os 18 anos de idade e maiores de dezoito, quando incapazes, os que frequentam curso superior até os 24 anos de idade, e os ascendentes inválidos. Para fins previdenciários, familiares compreendem o casal, casado ou em união estável, e seus filhos solteiros até a maioridade civil, ou em condição de incapacidade (SANCHES; VERONESE, 2012, p. 65/66).

Reportando-nos novamente ao Código Civil de 2002, vê-se que há quatro formas de filiação previstas, que são: a consanguínea, por adoção, por inseminação artificial heteróloga e



por “outra origem”. A consanguinidade é a mais ampla, que faz presumir o estado de filiação quando os pais são casados, vivem em união estável ou na hipótese de família monoparental, de modo que são parentes entre si as pessoas que descendem umas das outras. A afinidade é a parentalidade que decorre da lei, caracterizado pelo vínculo que é estabelecido entre um dos cônjuges/companheiros em relação aos parentes do outro. O vínculo por adoção atribui a condição de filho legítimo ao adotado, com todos os direitos e deveres inerentes à condição de filho (SANCHES; VERONESE, 2012, p. 70/71).

A inseminação artificial heteróloga ocorre quando é utilizado material genético de um doador estranho ao casal, seja ele o óvulo ou o espermatozoide (MARQUES, 2003). Quando se fala na utilização do espermatozoide de outro homem, tendo o marido expressamente consentido com o procedimento, não poderá negar a paternidade a ele atribuída, pois a filiação que deve prevalecer é a constituída pela relação cotidiana de afeto. A possibilidade do ajuizamento de ação investigatória de paternidade pelo filho para fins de reconhecimento de sua origem genética admite apenas a identificação de impedimentos matrimoniais decorrentes do parentesco, previstos nos arts. 1.521 e seguintes do Código Civil (SANCHES; VERONESE, 2012, p. 72/73).

Zambrano (2006, p. 126) identifica quatro tipos de laços familiares que podem existir entre um adulto e uma criança, assinalando que estes não são necessariamente concomitantes, sendo eles: o vínculo biológico, ligado à concepção e origem genética, o parentesco, vínculo por genealogia, a filiação, caracterizada pelo reconhecimento jurídico do pertencimento a um grupo de acordo com suas leis sociais, e a parentalidade, constituída pelo “[...] *exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, etc., que se tecem no cotidiano em torno do parentesco*”. Esses elementos podem estar combinados entre si de diversas maneiras, em função do peso atribuído por cada um em relação aos outros, escolhas influenciadas pelos elementos relativos a cada cultura e época.

Como consequência da promulgação da Constituição Federal de 1988, tem-se o desligamento do estado de filiação e do vínculo biológico, de modo que o estado de filiação tornou-se o gênero do qual são espécies a filiação biológica e a não biológica. O estado de filiação de cada pessoa é único e de natureza socioafetiva, desenvolvido na convivência familiar, ainda que na maior parte dos casos os laços afetivos sejam cultivados para com os genitores biológicos (LÔBO, 2004, p. 48).

Dessa forma, a presunção *pater is est* não mais solve a problemática da atribuição da paternidade, especialmente quando a coabitação nunca ocorreu. Tal presunção só fazia sentido quando a filiação biológica era determinante. Hoje, a combinação das redações de dispositivos legais como o parágrafo 6º do art. 227 da Constituição Federal<sup>4</sup>, o art. 1.593 do Código Civil<sup>5</sup>, e o art. 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>6</sup>, com os princípios constitucionais e específicos aplicados ao Direito de Família, tem levado os tribunais a entenderem que os filhos podem, a qualquer tempo, pleitear a paternidade que imputam a alguém, de modo que não mais prevalece a presunção *pater is est*, ou mesmo o registro público do nascimento (LÔBO, 2000).

Lecionam Sanches e Veronese (2012, p. 80) que a filiação socioafetiva fundada na posse do estado de filho tem sido admitida pela doutrina e jurisprudência na forma da chamada “adoção à brasileira”, que consiste no reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade dos filhos de criação. Nesse sentido, o enunciado do art. 1.605 do Código Civil dá margem de fundamentação a essa noção, ao dispor que

Art. 1.605. Na falta, ou defeito, do termo de nascimento, poderá provar-se a filiação por qualquer modo admissível em direito:

I - quando houver começo de prova por escrito, proveniente dos pais, conjunta ou separadamente;

II - quando existirem veementes presunções resultantes de fatos já certos.

Os elementos constitutivos do instituto da posse de filiação são, portanto, o nome, o trato e a fama, muito embora não sejam os únicos a serem considerados. Ao primeiro elemento não é atribuída maior importância. A maior relevância é dada ao **trato**, que consiste no tratamento dispensado à pessoa, a criação, educação, assistência material e moral, carinho, cuidado, afetos, saúde, enfim: o tratamento que, dentro da nossa sociedade, caracterizamos como o comportamento de um pai para com um filho. Dessa forma, o uso dos termos “pai”,

---

<sup>4</sup> O art. 227, § 6º da Constituição Federal possui o seguinte texto: *Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação*,

<sup>5</sup>O art. 1.593 do Código Civil: *O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem*.

<sup>6</sup> Esses são os ditames do art. 27 do ECA: *O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça*.

“mãe” e “filho” não são imprescindíveis, devendo ser valorizado o comportamento concreto de tais figuras no cotidiano (SANCHES; VERONESE, 2012, p. 80/82).

A **fama**, por sua vez, é a exteriorização desse estado da pessoa para a sociedade, ou seja, que se conheça a pessoa como sendo filha daqueles que a criam, diante das atitudes, que criam a convicção social daquele estado. Outro aspecto destacado é a **duração da convivência**, sendo considerado condicionante e atribuidor de força à posse de estado, mais do que os outros elementos. No caso concreto, entretanto, deve ser feito um exame para aferir o liame afetivo que possibilite a sustentação da filiação sociológica, sem que a ausência de um requisito exclua os demais (SANCHES; VERONESE, 2012, p. 80/82).

O ser humano é um todo tridimensional, composto por parte genética, afetiva e ontológica, possuindo todos os direitos e desejos desses três mundos, uma vez que sua formação é contínua como sua existência, sendo toda a experiência familiar, social e pessoal um confronto, pois opõe o novo ao antigo (WELTER, 2009, p. 232/233).

A família, assim, encobre os mundos existenciais do afeto e da ontologia, pelo que o texto do direito de família não significa a normatização genética, mas, sim, existência humana, em suas três faces, e somente a partir dessa compreensão o intérprete estará em condições de compreender a *linguagem familiar*, significando que, uma vez reconhecida a filiação, seja ela genética ou socioafetiva, todos os direitos dessa filiação deverão ser somados à vida desse ser humano (WELTER, 2009, p. 232/233).

Conclui-se, assim, que

Não é tão só pela função de pai, como também pela palavra, pela linguagem, que as coisas chegam a ser e são, porque, ao nascer, o ser humano é lançado em um mundo de significados e de valores, em um mundo pré-pronto, sendo por isso que ele não pode pensar como entidade neutra avaliadora da realidade. A linguagem não pode ser objeto de pensamento, porque o ser humano não é sujeito, mas servo da linguagem, não se tornando o senhor dela, na qual ele repousa e só pode advir a partir dela, sendo ela que fala por meio dele, e não ele que a traga (WELTER, 2009, p. 241).

A filiação socioafetiva, portanto é aquela que se configura por um conjunto de fatores e práticas que definem a relação de filiação para além do clássico vínculo biológico, e seu reconhecimento jurídico liga-se intimamente com o respeito à identidade e aos direitos de personalidade de cada indivíduo.

## **CAPÍTULO 3 - A SOLUÇÃO**

### **3.1 A posse do estado de filiação como fator de alteração do Registro Civil**

Com a colocação do homem como centro do ordenamento jurídico, o papel deste passou a ser enfrentar a complexidade do fenômeno humano e buscar a regulamentação necessária à construção de um direito geral de personalidade. A constitucionalização do Direito Civil brasileiro impôs, como consequência, o abandono da visão iluminista, onde todo direito precisava estar reduzido à uma norma legal, já que privilegia-se os direitos de personalidade. O aspecto mais problemático desses direitos, por sua vez, é o constante surgimento de novas instâncias, que não estão previstas e nem mesmo são previsíveis no que concerne a personalidade do sujeito (CAMBI; MACIEL, 2007, p. 17; DA MARIA, 2000, p. 72).

Os direitos da personalidade, portanto, são uma categoria aberta, que tem por fundamento a Constituição Federal, calcados no princípio da dignidade humana. Uma identificação taxativa de tais direitos, como propunha a racionalidade positivista, seria diametralmente oposta à consideração da pessoa humana e de sua personalidade como valor unitário, daí decorrente o reconhecimento pelo constituinte de uma cláusula geral com o propósito de consagrar a proteção integral de todas as suas manifestações, de modo que o número de hipóteses por ela tutelado é ilimitado, encontrando limites, apenas, quando postos frente a frente com a tutela de outras personalidades (DA MARIA, 2000, p. 72).

Sendo a pessoa o pilar axiológico do direito, portanto, deve ser maximizada a efetividade dos direitos de personalidade. Nesse âmbito, sendo o princípio da dignidade humana o paradigma de toda a vida social, interessando, para o direito de família, sua ramificação na face do valor da afetividade, tutelar juridicamente a família passa a significar assegurar os direitos do ser humano e o pleno desenvolvimento de suas virtudes e interesses afetivos e existenciais. A família é o lugar propício para a educação e formação do ser humano em desenvolvimento, onde este é preparado de forma protegida para o convívio em sociedade, sendo a convivência familiar direito absoluto da criança ou adolescente, criando laços afetivos que não podem ser desfeitos (CAMBI; MACIEL, 2007, p. 18 e 21; PAULA, 2007, p. 72/74).

Dessa forma, ante a complexidade das relações familiares, que impossibilita à lei ter condições de controlá-las, precisa o Estado admitir sua impossibilidade de responder com agilidade e sensibilidade à essas situações, bem como de oferecer a essas crianças algo melhor, que compense as carências do lar, e reconhecer, por meio de uma regularização, as situações fáticas de adoção consolidada, ainda que em detrimento da lei, com base no princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente (PAULA, 2007, p. 89 e 91).

Se a relação afetiva entre filhos não biológicos e pais de criação, ainda que não esteja formalizada pela via da adoção, pode ser considerada *entidade familiar* para fins de tutela dos direitos da pessoa em desenvolvimento, torna imperativo o reconhecimento do direito de cada criança a um lugar permanente no seio familiar, e gera a advertência de que o Estado precisa prestar intervenção coercitiva mínima nos domínios da vida familiar (CAMBI; MACIEL, 2007, p. 23; PAULA, 2007 p. 89).

Dessa forma, visto que o legislador teve o intuito de preservar a autenticidade e a veracidade dos documentos públicos ao que exerceu a tutela legislativa do Registro Civil, a fim de proteger a segurança e a certeza do estado de filiação, resguardando-o contra alterações ou supressões de direitos inerentes ao verdadeiro estado civil familiar da criança, é necessário o reconhecimento, também por esse ramo do direito, onde vinga o *princípio da imutabilidade relativa*, que a adoção consolidada pelo real cumprimento da função de estabelecer vínculos parentais, sem o intuito prejudicial ou criminoso, precisa ser reconhecida como um fato social que a sociedade não repele. Ainda que o registro diga que B é filho de A, ainda que não exista laço genético entre estes, não há falsidade no registro, pois este constitui apenas um *espelho* das relações sociais de parentesco (PAULA, 2007, p. 78 e 83/85).

Dessa forma, se a criança é conhecida na escola, no clube, no plano de saúde, em razão de sua correspondência, etc., como filha de alguém, tendo sempre sido tratada e educada como tal, e sendo reconhecida por pais, parentes, vizinhos e sociedade em geral, bem como por si própria, essa filiação, seria

[...] amesquinhar o conceito de família, desprezar os princípios da afetividade e do melhor interesse da pessoa humana no seio da entidade familiar (e, especificamente, do maior interesse da criança ou do adolescente), além de ignorar o seu direito personalíssimo à identidade – seja na sua *configuração somático-psíquica*, seja na sua *inserção sócio-ambiental*, e ao bom nome deixar de acolher o pedido de inclusão do sobrenome do pai ou da mãe afetivos. Seria, ainda, pretender que o registro civil deva ignorar a realidade da vida da pessoa, em detrimento de seus direitos personalíssimos (CAMBI; MACIEL, 2007, p. 25).

A verdade e a falsidade no Registro Civil e na biologia, portanto, possuem parâmetros diferentes, sendo sempre verdadeiro o registro se estiver conciliado com o fato jurídico que lhe deu origem. A prova da filiação se dá, inicialmente, pela certidão de nascimento, conforme o comando do art. 1.603 do Código Civil – neste registro, entretanto, pode estar concretizada a verdade biológica ou não, já que não está ali exprimido um evento biológico, mas sim um acontecimento jurídico, passando o Registro a ser mera decorrência declaratória da posse do estado filiação já existente (LIMA, 2011).

Se genitor e pai são figuras distintas, ainda que a ausência do pai socioafetivo no Registro de Nascimento de seus filhos não impeçam a relação entre eles, pode causar muitos constrangimentos, quando, por exemplo, há a necessidade de declaração da paternidade na matrícula em escolas, ou de dar explicações a um colega de escola de quem é verdadeiramente o seu pai. Essa imposição jurídica, portanto, não mais se adapta à realidade social, e fere a dignidade humana, uma vez que é constrangedor para uma criança ter que crescer explicando sua vida e sua opção paternal (LIMA, 2011).

Caso o legislador permaneça inerte, caberá ao Judiciário assegurar os direitos fundamentais ao nome contra a insuficiência de proteção do Estado, com âncora nos princípios constitucionais da razoabilidade, da proporcionalidade, da cidadania, da dignidade e da espécie humana, porquanto, na visão streckiana, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade agasalham o garantismo negativo e o positivo: o negativo, para proteger a sociedade contra os excessos do Estado (intervenção excessiva); o positivo, para assegurar os direitos fundamentais da sociedade contra a insuficiência de proteção do Estado (intervenção omissa ou deficiente). (WELTER, 2009, p. 184).

Ora, se a Lei de Registros Públicos brasileira não prevê expressamente a possibilidade de retificação do sobrenome do filho socioafetivo no Registro Civil, isto não é motivo suficiente para que seja o feito judicial extinto por carência de ação, sob o entendimento de que haveria impossibilidade jurídica do pedido, em razão da ausência de comando normativo específico, pois tal entendimento invalidaria a norma do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto n. 4.657/1942), ao que prevê que “*Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito*” (CAMBI; MACIEL, 2007, p. 13).

Os processos de integração das lacunas jurídicas, portanto, são intrasistemáticos e referidos em ordem hierárquica. Em primeiro, analogia parte da existência de dois casos semelhantes, de modo que o comando legal que prevê um deles pode ser estendido à situação onde a lei se omite; a seguir, o magistrado deve recorrer aos costumes que vão além da lei, sem

contradizê-la; os princípios, por sua vez, ao contrário do que faz supor sua ordem de previsão no artigo mencionado, possui força normativa, aplicando-se independentemente de ulterior concretização pelas regras jurídicas, tendo validade por si só (CAMBI; MACIEL, 2007, p. 13/14).

A jurisprudência, atualmente, se posiciona no sentido de reconhecer a relação paterno-filial em decorrência da posse do estado de filho, não mais prevalecendo a presunção de paternidade, ficção jurídica que perdeu a sua essência. Dessa forma, os pais afetivos não precisam de um processo de adoção para registrar a criança como seu filho, sendo necessário apenas o ajuizamento de uma ação investigatória de paternidade socioafetiva, a ser declarada em juízo, com fundamento no afeto e reconhecimento voluntário de pai (LIMA, 2011).

Se ao juiz é incumbido julgar, devendo fazê-lo independentemente das lacunas normativas, não pode esquecer, ainda, de que não há alguém melhor do que o próprio interessado para atestar a própria vontade, a própria escolha de ser pai ou a própria identificação como filho, uma vez que a realidade se impõe a cada dia (LIMA, 2011).

Ademais, dispõe o art 3º, inciso IV, da Constituição Federal:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Também, o art. 3.1 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, de 1989, incorporada ao direito brasileiro por meio do Decreto n. 99.710/1990:

Art. 3.1 Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o maior interesse da criança;

Não é possível outra conclusão, portanto, do que aquela que culmina no reconhecimento de que

Se não se trata de objetivo inconfessável, como o de ocultar a própria identidade ou de causar prejuízo a outrem, mas de mera retificação de engano havido por ocasião da abertura do assento, não há como indeferir o pedido, colocando-se destarte o registro em consonância com o nome sempre usado pelo interessado, inclusive se se trata de pessoa falecida (MONTEIRO; PINTO, 2012, p. 124).

Nesta senda, observa-se que recentemente foi acrescido ao rol de previsão de alteração do sobrenome a opção de averbação do sobrenome do padrasto ou da madrasta pelo enteado ou enteada, desde que ambos estejam em concordância e que não haja prejuízo aos demais apelidos de família, previsão feita pela Lei n. 11.924/2009, popularmente conhecida como Lei Clodovil, de modo que o reconhecimento da socioafetividade como fator de alteração do Registro Civil adquiriu, ainda que de forma restrita, visibilidade legislativa.

O referido dispositivo legal, que adicionou ao artigo 57 um oitavo parágrafo, poderia, portanto, ser interpretado de forma analógica, de modo a forçar o Registro Público a contemplar as demais faces da filiação socioafetiva.

Ainda neste sentido tem a dualidade entre o Estatuto da Família (Projeto de Lei n. 6.583/2013), da Câmara dos Deputados, que pretende restringir o conceito de família ao núcleo formado pelo casamento ou união estável entre homens e mulheres e os filhos que dessa união forem originados, e o Estatuto das Famílias (Projeto de Lei n. 470/2013), elaborado pelo Senado Federal a partir de proposta formulada pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família, que, por sua vez, procura estender o conceito de família.

Ambos os projetos, ainda que o primeiro o faça por motivos óbvios, segundo Silva (2014, p. 59), falham no reconhecimento do Registro como mero reflexo da situação jurídica estabelecida, constituída pelo estado familiar existente.

Nos dizeres de Larissa Campos da Silva (2015, p. 72/74), a dinamicidade do Direito de Família precisa buscar acompanhar as constantes mudanças sociais, bem como os valores de cada indivíduo como integrantes de um núcleo familiar. Dessa forma, aprisioná-los aos ditames legais não é realista.

Mesmo o Estatuto das Famílias, que procura apontar para uma melhor tradução desses princípios do afeto, cuidado, solidariedade e pluralidade na família, especialmente ao que fortifica a defesa do parentesco por afetividade, ainda não abarca todas as situações que reconhecidamente merecem a devida proteção. A inclusão destas realidades no texto legal,

[...] em virtude da condição tridimensional do ser humano, concedendo todos os efeitos oriundos das diversas filiações simultaneamente, daria segurança jurídica aos seus membros, o que não ocorre atualmente, tendo em vista a disparidade entre algumas decisões dos tribunais brasileiros (SILVA, 2015, p. 72/74).

Pedro Francisco Mosimann da Silva ainda salienta (2014, p. 57) a existência do reconhecimento extrajudicial da parentalidade socioafetiva nos estados de Pernambuco, Ceará,



Maranhão e, recentemente, Santa Catarina, por meio do provimento das respectivas Corregedorias dos Tribunais de Justiça, que possibilitam a averbação do reconhecimento espontâneo de filho socioafetivo diretamente pelo serviço de Registro Civil, porém, com a limitação de que não haja outra paternidade registral lá constante.

A Lei Maria da Penha também traz conceito ampliativo de família, em seu art. 5º, inciso II, estabelecendo que família deve ser compreendida como “*a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa*”.

A realidade jurídica demonstrada por tais dispositivos legais, em conjunto com uma interpretação constitucional do ordenamento e da realidade, fazem concluir que hoje, muito embora seja reconhecida a diversidade do conceito de família, uma vez que este passou de um paradigma de determinismo genético para a valorização da afetividade como sua fundadora, tal realidade não está devidamente contemplada no ordenamento jurídico brasileiro, ainda que várias frentes normativas, doutrinárias e jurisprudenciais estejam sendo tomadas nesse sentido.

Para além da verdade biológica, ou mesmo da registral, o Registro Civil do cidadão precisa refletir a *verdade afetiva* de seu cotidiano, como expressão da primazia à dignidade humana, fundamento da Carta Magna de 1988.

### **3.2 Os fundamentos da jurisprudência contra a alteração do Registro Civil em razão da socioafetividade**

Primeiramente, é necessário fazer a análise do posicionamento exposto por Cambi e Maciel (2007), onde foi adotada uma concepção estritamente positivista do direito, excluindo-se todas as suas fontes para além do texto legal, parâmetro pelo qual, consequentemente, situações que pedem soluções jurídicas para além das leis são juridicamente impossíveis, como se vê a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL PARA INCLUSÃO NO NOME DE INFANTE, DO PATRONÍMICO DO COMPANHEIRO DE SUA MÃE. Alegação de "adoção" pelos requerentes, em confronto com os dados constantes do assento de nascimento do menor que apontam a apelante como sua mãe biológica. Processo extinto por impossibilidade jurídica do pedido. Negaram provimento à apelação. Unânime. (SEGredo DE JUSTIÇA) (RIO GRANDE DO SUL - B, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2004)

O caso retratado é o mesmo hoje contemplado pelo parágrafo acrescido ao art. 57 da Lei de Registros Públicos pela Lei Clodovil. Os recorrentes pretendiam a inclusão do patronímico do companheiro da mãe ao menor J. L. F., pedido que foi indeferido em primeiro grau, e teve o entendimento reiterado por aquela Corte de Justiça, pois

Se a intenção do casal é adotar o menino e se pretendem, como alegam no item 03 da inicial, “resguardar todos os direitos pessoais, patrimoniais e/ou sucessórios”, mediante a simples inserção do patronímico G. ao registro civil do menor, o procedimento escolhido é, sim, como afirmado pela sentença, juridicamente impossível, porque não é conhecido o pai biológico do menino, e não há prova de que o apelante seja seu genitor. A mera paternidade sócio-afetiva, apontada pela ilustre Promotora de Justiça, não supre a exigência legal, sobretudo ante o contido no artigo 113 da Lei 6.015/73, *verbis*:

Art 113. As questões de filiação legítima ou ilegítima serão decididas em processo contencioso para anulação ou reforma de assento.

Assim, há óbice intransponível à pretensão dos apelantes, sendo despicienda a realização de qualquer prova face à impossibilidade de ser atendida a pretensão.

Como visto anteriormente, entretanto, os valores jurídicos aqui postos em confronto possuem níveis hierárquicos diferentes, pois a tutela de direito de personalidade, valor inserido na Constituição Federal, não pode ser rebaixado por *óbice intransponível* de comando infralegal inferior.

A impossibilidade jurídica do pedido também é criticada por Cambi e Maciel em função da concepção de que tal instituto, malgrado esteja expresso pelo art. 267, inciso IV, do Código de Processo Civil como forma de condição da ação, do ponto de vista histórico, possui sua permanência no ordenamento jurídico questionável, pois pode ser inserida no próprio interesse processual. Além disso, se for considerado que, no modelo *liebmaniano*, as condições da ação valem somente para evitar que o processo se desenvolva inutilmente, uma condição da ação que não possa ser rechaçada por simples afirmação, mas que dependa de argumentos e provas, devendo ser analisada em um juízo de mérito, além de tornar-se contraditória, perde a utilidade (2007, p. 12/13).

### **3.3 Os fundamentos da jurisprudência a favor da alteração do Registro Civil em razão da socioafetividade**

O número de acórdãos favoráveis à retificação do Registro com base na socioafetividade é muito mais expressivo. Primeiramente, tem-se o seguinte acórdão:

FILIAÇÃO, FILHO ADULTERINO “A MATRE” REGISTRADO PELO MARIDO DA MÃE. POSSIBILIDADE DE TERCEIRO VINDICAR A CONDIÇÃO DE PAI PATERNIDADE JURÍDICA. PATERNIDADE BIOLÓGICA. PATERNIDADE SÓCIO AFETIVA. 1. A lei nº. 8.560/92, ao remover qualquer restrição para o reconhecimento de filhos extramatrimoniais pelos respectivos pais, assegura-lhes o interesse jurídico para eventual demanda que tenha essa finalidade. Em decorrência, tanto o pai quanto a mãe têm legitimidade para postular em nome próprio, em ação que visa à vindicação de paternidade ou maternidade. 2. A despeito da ausência de regulamentação em nosso direito quanto à paternidade sociológica, a partir dos princípios constitucionais de proteção à criança (art. 227, (CF), assim como da doutrina da integral proteção consagrada na Lei 8.069/90 (especialmente nos arts. 4 e 6), é possível extrair os fundamentos que, em nosso direito, conduzem ao reconhecimento da paternidade sócio-afetiva, revelada pela posse do estado de filho, como geradora de efeitos jurídicos capazes de definir a filiação. 3. Entretanto, o pedido formulado na ação não tem esse conteúdo, mas visa, modo exclusivo, desconstituir o registro de nascimento da menor, sem atribuição de paternidade ao autor/agravado! Assim, dada, a forma equivocada como foi posta a pretensão, não ostenta o autor legítimo interesse para a demanda. A desconstituição do registro seria mera decorrência da atribuição da paternidade ao autor/agravado. Porém, como esta não consta do pedido e não poderia a sentença ir além do postulado, resta o autor ódio de interesse legítimo para propor a demanda nos termos em que foi formulada, a qual, se procedente, traria como consequência, simplesmente, a circunstância de que a menor ficaria sem qualquer paternidade reconhecida, o que não pode ser admitido, até em consideração aos superiores interesses da criança DERAM PROVIMENTO. (RIO GRANDE DO SUL, 1999)

Nesse caso, o pedido não foi atendido não em razão de uma inadmissão à existência da filiação socioafetiva, mas porque o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul considerou inadmissível que fosse requerida a desconstituição do Registro de Nascimento de criança ou adolescente sem a atribuição de nova paternidade, de modo que esta ficaria sem qualquer paternidade reconhecida, o que violaria o já mencionado direito absoluto dessa pessoa à convivência e ao reconhecimento de seu pertencimento a um nicho familiar (PAULA, 2007).

A socioafetividade, neste entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi motivo não apenas da *inclusão* do sobrenome do pai socioafetivo, que, no caso, era casado com a mãe biológica, o que se encaixa no comando previsto pela já mencionada Lei Clodovil; para além disso, permitiu-se a *exclusão* do sobrenome do pai biológico em razão do abandono material e afetivo, o que violaria expressamente o comando final do inciso 8º do artigo 57 da Lei de Registros Públicos, que permite a inclusão do sobrenome de padrasto ou madrasta por enteado ou enteada, *sem prejuízo aos apelidos de família*.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. SUPRESSÃO DO SOBRENOME DO GENITOR E INCLUSÃO DO SOBRENOME DO PADRASTO. ADMISSIBILIDADE EM CASOS EXCEPCIONAIS. ABANDONO MATERIAL E MORAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ALEGADA E DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. É cediço que a mudança de sobrenome somente pode ser admitida em casos excepcionais, tendo em vista o princípio da continuidade (ou estabilidade) do nome da família, além do que o patronímico

representa o principal elemento de identificação da pessoa no seio da comunidade em que vive e, de uma forma geral, perante toda a sociedade. Conquanto não haja previsão legal para a mudança do sobrenome em casos de abandono moral e material dos filhos, tem-se admitido essa hipótese desde que adequadamente fundamentado o pedido e devidamente comprovada essa situação, o que dá ensejo à providência judicial excepcional. De outra banda, objetivando a demandante a supressão do seu patronímico e a inclusão do sobrenome do seu padrasto ao seu nome, com quem convive há vários anos e por considerá-lo seu pai afetivo, diante da relevância social do pleito, devem os interessados (pai biológico e o padrasto) ser inseridos no polo passivo da demanda, como litisconsortes necessários, e há a interessada de corrigir a petição inicial e providenciar as respectivas citações. (SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2011)

É que, ensina Pereira (2013, p. 75/77), se pode-se entender como paternidade responsável aquela que se refere à prestação de assistência material, moral e afetiva por parte dos genitores à própria prole, a deficiência de quaisquer desses elementos gera para o indivíduo danos irreversíveis em sua personalidade. É nessa seara que se admite a supressão do sobrenome do pai ou mãe que abandona, pois, para além do reconhecimento social, também há o fato de que portar o sobrenome de quem abandonou o indivíduo gera exposição constante deste ao ridículo, bem como, possivelmente, às recordações ruins de rejeição e abandono que associa à essa pessoa e, conseqüentemente, ao seu nome, e à parte dele que carrega no próprio registro.

É nesse mesmo sentido o entendimento da Primeira Câmara de Direito Civil de Santa Catarina, em julgamento realizado em agosto de 2008, cuja ementa se transcreve a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - PEDIDO DE SUPRESSÃO DO PATRONÍMICO INCLUSO POR EQUÍVOCO APÓS RECONHECIMENTO INCIDENTAL DA PATERNIDADE - ADMISSIBILIDADE - DESCONFORTO DAQUELA QUE NÃO FOI RECONHECIDA VOLUNTARIAMENTE EM CARREGAR O NOME PATERNO - REAL DISTINÇÃO ENTRE O DIREITO À PATERNIDADE E A NÃO OBRIGAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DO NOME DE FAMÍLIA - EM PRIMEIRO GRAU, DEFERIDO EXCLUSIVAMENTE PEDIDO DE AVERBAÇÃO DO NOME DO PAI AO REGISTRO DE NASCIMENTO - MANDADO DE AVERBAÇÃO QUE EXTRAPOLA A DETERMINAÇÃO QUE LHE DEU CAUSA - RECURSO PROVIDO (SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2008)

No caso ora em análise, ao requerer alimentos, a Recorrente teve a paternidade de seu genitor biológico, que a rejeitou e abandonou afetivamente, reconhecida de forma incidental, com a conseqüente inserção do patronímico em seu registro de nascimento. Dentre as razões que formaram a decisão do magistrado, consta que, muito embora sejam restritas as possibilidades legais de retificação do nome da pessoa natural,

As justificativas para o pedido nos parecem bastante claras. Tem-se que, em ação de alimentos, a autora-apelante obteve, incidentalmente, o reconhecimento da paternidade por A. B. de S., com quem jamais teve qualquer vínculo afetivo ou convivência familiar. Seus direitos de ser reconhecida e de receber alimentos foram devidamente resguardados. No entanto, isto não

significa, por si só, a vontade de incorporar ao seu, o nome paterno. Deveras compreensível, *data venia*. Afinal, por anos renegada pelo pai, tendo se dado seu reconhecimento somente após a interferência judicial, sem qualquer ato voluntário, nos parece plausível não querer carregar consigo aquele patronímico. Além disso, a rememoração da rejeição sofrida e o abandono afetivo são sentimentos por demais doloridos para que se obrigue a vítima a com eles conviver diariamente.

Muito embora o vínculo socioafetivo prevaleça em detrimento da verdade biológica, o direito ao conhecimento de sua origem genética não é por ele excluído, pois, como reconhece Welter (2009), o ser humano é um todo tridimensional, e os direitos que tocam a cada uma dessas realidades (ontológica, afetiva e genética) devem ser cumulados, pois o contrário importaria em negação à história do ser, dimensão que também o compõe, o que seria absolutamente inadmissível. É nesse sentido também que conclui o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, como se vê a seguir:

APELAÇÃO. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E MATERNIDADE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PROVA DO VÍNCULO BIOLÓGICO. PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA. O direito de conhecer a descendência genética é imprescritível. Caso em que, ao registrarem a investigante os pais registrares fizeram uma "adoção à brasileira". Ao depois, os pais registrares foram os pais socioafetivos da investigante. Verdade socioafetiva que prevalece sobre a verdade genética. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO. DERAM PROVIMENTO AO APELO. (SEGredo DE JUSTIÇA) (RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2005)

É expresso pelo presente julgado, portanto, o entendimento de Welter (2009) quanto à proteção integral das esferas ontológica, afetiva e genética da pessoa, que culmina na cumulação de todos os direitos que delas igualmente emanam. É também o que afirma Pereira (2013, p. 79/80):

Salienta-se, no entanto, que, ao defender referida hipótese de alteração do nome, não se pretende renegar o vínculo biológico existente, inevitavelmente, entre os genitores e sua prole, de modo que não há que se falar em repercussões sucessórias, isto é, ao entender ser possível a supressão do sobrenome do genitor que abandonou do nome da prole abandonada, não se está negando a paternidade ou a maternidade existente e, muito menos, possibilitando que os filhos abandonados sejam preteridos na herança.

A autora ainda assevera que não há falar em mácula ao apelido familiar em casos como os em análise, afinal, os laços que ligam o genitor à prole são os afetivos, devendo refleti-los, que não deve o nome gerar embaraços no exercício de atividades cotidianas, ainda que quando em aparente conflito com o princípio da estabilidade do nome.

Igualmente, a supressão do sobrenome paterno em razão do abandono afetivo foi permitida, sem que fosse necessária a inclusão do patronímico de outrem, no seguinte julgado proferido pelo Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. REGISTRO CIVIL. NOME. ALTERAÇÃO. SUPRESSÃO DO PATRONÍMICO PATERNO. ABANDONO PELO PAI NA INFÂNCIA. JUSTO MOTIVO. RETIFICAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO. INTERPRETAÇÃO DOS ARTIGOS 56 E 57 DA LEI N.º 6.015/73. PRECEDENTES.

1. O princípio da imutabilidade do nome não é absoluto no sistema jurídico brasileiro.
2. O nome civil, conforme as regras dos artigos 56 e 57 da Lei de Registros Públicos, pode ser alterado no primeiro ano após atingida a maioridade, desde que não prejudique os apelidos de família, ou, ultrapassado esse prazo, por justo motivo, mediante apreciação judicial e após ouvido o Ministério Público.
3. Caso concreto no qual se identifica justo motivo no pleito do recorrente de supressão do patronímico paterno do seu nome, pois, abandonado pelo pai desde tenra idade, foi criado exclusivamente pela mãe e pela avó materna.
4. Precedentes específicos do STJ, inclusive da Corte Especial.
5. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, 2015)

O caso funda-se em pedido de supressão do sobrenome paterno, pelo motivo de abandono afetivo deste, e pela inclusão do sobrenome de sua avó materna, que contribuiu, ao lado da mãe, para a criação do indivíduo.

No corpo do acórdão, o relator, Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, explica que a flexibilização do posicionamento acerca da imutabilidade do nome civil tem se dado, junto à Corte Superior, em razão do próprio papel que o nome desempenha na formação e consolidação da personalidade de uma pessoa. Foi fundamentada a decisão, para além dos precedentes, em uma interpretação combinada dos arts. 56 e 57 da Lei de Registros Públicos, que assim são redigidos:

Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz que estiver sujeito ao registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do artigo 110 desta Lei.

O direito da pessoa de portar um nome que não lhe remeta às angústias do abandono paterno e que corresponda à sua realidade familiar, dessa forma, é considerado de maior relevância quando comparado ao princípio da imutabilidade do nome.

Para a Ministra Maria Thereza de Assis Moraes, por oportunidade de julgamento da Sentença Estrangeira Contestada n. 5.726, levar em conta o interesse da pessoa, a atitude do pai

que abandona e a necessidade de que a personalidade individual seja garantida para o futuro, vez que a situação encontrava-se consolidada e, a criança, adaptada à nova situação familiar em que se encontrava, é dar efetiva resolução aos desígnios da pessoa humana. Para ela, a simples ausência de autorização não pode configurar óbice à realização dos valores sociais, em meio aos quais o modelo de família se faz presente como pressuposto da personalidade, condizente com as garantias constitucionais.

Assim se apresenta a ementa desse julgado:

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA. MODIFICAÇÃO DO REGISTRO DE NASCIMENTO. ACRÉSCIMO DO NOME DE PADRASTRO. EXCLUSÃO DO PATRONÍMICO DO PAI BIOLÓGICO. SITUAÇÃO CONCRETA EXAMINADA PELA CORTE DE JUSTIÇA DA BAVIERA, ALEMANHA. PRESERVAÇÃO DO INTERESSE DO MENOR E TUTELA DA PERSONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ORDEM PÚBLICA. SOBERANIA NACIONAL PRESERVADA. REALIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ENQUANTO FUNDAMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO. Verificado pelo juízo de delibação que a decisão homologanda fez atuar os direitos da personalidade, não se observa embargo à procedência do pedido de homologação, na medida em a inclusão de novo patronímico ao nome do menor, com a exclusão do nome de família do pai biológico, respeita sua vontade e preserva sua integridade psicológica perante a unidade familiar concreta. Precedentes desta Corte em superação à rigidez do registro de nascimento, o que afasta eventual ferimento à ordem pública ou à soberania nacional. Interpretação condizente com o respeito à dignidade da pessoa humana, que é fundamento basilar da República Federativa do Brasil. Pedido de homologação deferido (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, 2012)

Nesse sentido, “[...] onde houver paternidade juridicamente considerada, haverá estado de filiação, presumido em relação ao pai registral, seja ele o biológico ou o afetivo. Assim, o registro é documento meramente declaratório da relação paterno-filial constituída [...]”, em razão, justamente, da posse do estado de filiação que com ela se constitui. É que, conforme a autora, “Não adianta ter nas mãos um título, com eficácia jurídica, mas com a ausência do pai em seu cotidiano” (LIMA, 2011).

A irretratabilidade do reconhecimento voluntário de paternidade, ou seja, da “adoção à brasileira”, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, foi justificada por envolver direito personalíssimo da pessoa, que não pode ficar à mercê da instabilidade emocional ou psíquica do próprio pai.

No caso analisado, o autor pretendia a desconstituição do registro que realizou da filha, não existido qualquer vício de consentimento, pois sabia da ausência de vínculo biológico entre ele mesmo e a criança no momento da adoção.

Vê-se a ementa do referido acórdão a seguir:

Anulação de registro de nascimento. Autor reconheceu voluntariamente a ré, sabendo que não era sua filha biológica. Inexistência de erro ou coação. Validade e eficácia do ato. Alegação da própria torpeza por parte do autor não pode sobressair. Situação fática que originou em histórico de vida e condição social da apelante, que atualmente conta com 21 anos. Aspecto familiar apto a prevalecer. Arrependimento não pode configurar vício do ato jurídico. Apelo provido. (SÃO PAULO, Tribunal de Justiça de São Paulo, 2008)

Consta, ademais, do corpo da decisão, que o autor visava se beneficiar da própria torpeza, pois o fato de ter praticado falsidade ideológica não poderia ser interpretado à seu favor, especialmente quando a adoção fora consolidada, possuindo a filha vinte e um anos de idade à época do ajuizamento. A causa, conforme o Desembargador Natan Zelinschi de Arruda, possuía cunho predominantemente material, onde se buscava resguardar o direito dos demais filhos do recorrente, ditos “naturais e legítimos”, que teriam seus direitos preteridos injustamente. Assim, a improcedência da ação era a medida de direito, já que a paternidade merecia prevalecer para todos os fins de direito, pois confrontada por atributo da personalidade.

A seguir, em decisão com participação da Desembargadora Maria Berenice Dias, buscava o autor, excepcional, representado por sua mãe, declarar-se adotado faticamente e dependente de seu falecido pai, a fim de que fosse contemplado em todos os efeitos previdenciários decorrentes de tal reconhecimento de filiação. A demanda, como já visto, foi extinta sem julgamento do mérito por impossibilidade jurídica do pedido, em primeiro grau.

Dessa forma, a questão jurídica cingia-se quanto à questão da adoção póstuma, contida nos arts. 42, § 5º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e 1.628 do Código Civil, uma vez que nada foi formalizado juridicamente, para além da certidão de batismo da parte.

Observa-se, por oportuno, a ementa do acórdão em comento:

ACÇÃO DECLARATÓRIA. ADOÇÃO INFORMAL. PRETENSÃO AO RECONHECIMENTO. PATERNIDADE AFETIVA. POSSE DO ESTADO DE FILHO. PRINCÍPIO DA APARÊNCIA. ESTADO DE FILHO AFETIVO. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. PRINCÍPIOS DA SOLIDARIEDADE HUMANA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ATIVISMO JUDICIAL. JUIZ DE FAMÍLIA. DECLARAÇÃO DA PATERNIDADE. REGISTRO.

A paternidade sociológica é um ato de opção, fundando-se na liberdade de escolha de quem ama e tem afeto, o que não acontece, às vezes, com quem apenas é a fonte geratriz. Embora o ideal seja a concentração entre as paternidades jurídica, biológica e socioafetiva, o reconhecimento da última não significa o despreço à biologização, mas atenção aos novos paradigmas oriundos da instituição das entidades familiares.

Uma de suas formas é a "posse do estado de filho", que é a exteriorização da condição filial, seja por levar o nome, seja por ser aceito como tal pela sociedade, com visibilidade notória e pública. Liga-se ao princípio da aparência, que corresponde a uma situação que se associa a um direito ou estado, e que dá segurança jurídica, imprimindo um caráter de seriedade à relação aparente. Isso ainda ocorre com o "estado de filho afetivo", que além do nome, que não é decisivo, ressalta o tratamento e a reputação, eis que a pessoa é amparada, cuidada e atendida pelo indigitado pai, como se filho fosse.



O ativismo judicial e a peculiar atuação do juiz de família impõe, em afago à solidariedade humana e veneração respeitosa ao princípio da dignidade da pessoa, que se supere a formalidade processual, determinando o registro da filiação do autor, com veredicto declaratório nesta investigação de paternidade socioafetiva, e todos os seus consectários.

APELAÇÃO PROVIDA, POR MAIORIA. (RIO GRANDE DO SUL - A, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2004)

Em seu corpo, é salientado que o “[...] *juiz moderno não pode ser um expectador inerte, um convidado de pedra, atento somente à elucidação do acontecimento*”. O processo, diz o relator, transmuda-se no acesso à ordem jurídica justa, tornando-se inviável o que caracteriza como *fetichismo da norma* em detrimento da verdade real, sobretudo quando com prejuízo ao menor.

Se a posse do estado de filho releva a existência de vínculo psicológico e social entre o filho e o suposto pai, mediante uma combinação dos institutos romanos do *nomen*, *tractus* e *fama*, já mencionados no capítulo dois, entendeu a 7ª Câmara Cível do Rio Grande do Sul que esta serve para conferir segurança jurídica a uma situação aparente de relação paterno-filial. Ademais, em citação à Júlia Cristina Delinski, em sua obra “O novo direito de filiação”, asseveram os Desembargadores que o gozo público da posse do estado de filho possui seu mais típico reconhecimento na publicidade que confere o Registro Civil.

Entendeu-se, portanto, pelo reconhecimento da posse do estado de filho, indo o *decisium* para além dos reflexos previdenciários, ao atribuir ao autor a filiação que almejava, com fulcro no princípio da dignidade humana.

Não destoia desse entendimento o Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE PATERNIDADE E MATERNIDADE SÓCIO-AFETIVA CUMULADA COM RETIFICAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO - SENTENÇA TERMINATIVA - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO DECRETADA EM FACE DA AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO ESCRITA DEMONSTRANDO O INTERESSE DOS PAIS DE CRIAÇÃO EM ADOPTAR. RECURSO DA AUTORA COM O FITO DE VER RECONHECIDA A POSSIBILIDADE JURÍDICA DO MANEJO DA AÇÃO - SUBSISTÊNCIA - PEDIDO DE RECONHECIMENTO JURÍDICO DE VÍNCULO SÓCIO-AFETIVO QUE TEM AMPARO EM PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - RECURSO PROVIDO.

1- A tendência atual do Direito, e mais especificamente do Direito de Família, é a de gradativamente abandonar as formas jurídicas rígidas e em confronto com a realidade social em nome da satisfação da plena liberdade de desenvolvimento dos cidadãos no seio social.

2- Longe das antigas fórmulas de caráter patrimonialista - onde os casamentos eram ajustados pelo patriarca, e as mulheres estavam submetidas ao alvedrio do pai ou marido -, após as conquistas feministas e a regulamentação do divórcio, há algumas décadas a família baseia-se na livre vontade dos parceiros em manter laços de cunho afetivo. Essa nova realidade, por mais que não esteja completamente consolidada em nossa legislação positiva, não pode ser desprezada pelo intérprete do Direito. A função do Poder Judiciário, nesses casos, é a de resguardar a liberdade dos cidadãos de agruparem-se conforme seus interesses afetivos, conferindo-lhes a

proteção jurídica (e porque não patrimonial) digna, tal qual lhes seria igualmente conferida se o agrupamento (a família) pudesse ser enquadrado na forma tradicional.

3- Em 1988 a novel Constituição deu um primeiro passo na seara do reconhecimento jurídico das entidades familiares estabelecidas tão-somente com base no afeto ao emprestar a devida proteção do Direito à União Estável. A partir de então houve um deslocamento do conceito jurídico de família para a união de pessoas decorrente do vínculo de afeto, e não simplesmente na união jurídica advinda do ato formal representado pelo casamento. Com base nesta inovação legal - engendrada pela Constituição -, combinada com a aplicação prática do Princípio da Dignidade Humana, plenamente possível emprestar caráter oficial ao Estado de Filiação nascido e desenvolvido simplesmente com base no afeto.

4- É inexorável o reconhecimento judicial de que a família na sociedade contemporânea é fruto muito mais do afeto e do sentimento de humanidade do que do DNA. (SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2010)

A ação, aqui, também se tratava de declaratória de maternidade e paternidade socioafetiva póstuma. Buscava a autora o reconhecimento de sua filiação relativa às pessoas para as quais foi entregue para ser criada aos dois anos e idade, não tendo os falecidos deixados outros descendentes ou patrimônio a ser inventariado.

No corpo da decisão, é explicado que as ações declaratórias podem encerrar um pedido de resolução ou esclarecimento judicial de uma situação de dúvida jurídica, face à resistência de cidadão ou organização à pretensão da parte, bem como pode consistir em uma necessidade de declaração pública de um fato de relevância para o Direito, ainda que não haja, especificamente, uma parte adversa. Dessa forma, *in casu*, entenderam tratar-se de um procedimento de jurisdição voluntária, ou seja, sem que fosse necessária a citação do Estado para intervir, em uma interpretação extensiva do art. 1.105 do Código de Processo Civil.

Ademais, foi ressaltada a incumbência do juiz de atender os fins sociais e as exigências do bem comum às quais a lei se destina, de modo que a família, que é fruto do afeto e não do DNA, tal realidade, ainda que não esteja consolidada na legislação positivada, não pode ser ignorada, a fim de que seja resguardada a liberdade do cidadão de se agrupar em núcleos conforme seus interesses afetivos, conferindo a estes a proteção jurídica que merecem.

O voto vencido do Desembargador Stanley da Silva Braga, entretanto, foi em favor da impossibilidade jurídica do pedido, por entender que, se o nome dos pais biológicos constam do Registro da autora, sem que houvesse provas de coação ou falsidade, persiste o óbice legal dos artigos 1.064 e 1.065 do Código Civil.

A seguir, a sentença proferida pelo juízo *a quo* julgou a ação improcedente, por entender o magistrado que as hipóteses de alteração do nome são restritas e previstas em lei, não havendo justificativa para a retirada do sobrenome materno. O pedido, entretanto, que consistia na retirada do patronímico da mãe e na inclusão do sobrenome do padrasto, fundava-

se na vontade de que o nome do autor fosse igual aos de seus três outros irmãos, advindos de nova união da mãe, conferindo a este a sensação de pertencimento, e evitando transtornos futuros ao caçula.

Foi com base nisso, e no argumento também levantado pelo Promotor de Justiça, que defendeu a ausência de prejuízo ou insegurança jurídica gerada pelo deferimento.

Foi nesses termos redigida a ementa:

RETIFICAÇÃO DE NOME. EXCLUSÃO DO APELIDO DA GENITORA E INCLUSÃO DO PATRONÍMICO DO GENITOR. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZOS SOCIAIS. PROVIDÊNCIA ADOTADA COM OS OUTROS IRMÃOS DO MENOR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (SÃO PAULO, Tribunal de Justiça de São Paulo, 2014)

Por fim, pelo Tribunal de Justiça do Paraná, o reconhecimento de que a paternidade socioafetiva não pode ser apagada em razão da informalidade da adoção à brasileira:

"Negatória de paternidade. "Adoção à brasileira". Confronto entre a verdade biológica e a sócio-afetiva. Tutela da dignidade da pessoa humana. Procedência. Decisão reformada. 1. Omissis - 2. No confronto entre a verdade biológica, atestada em exame de DNA, e a verdade sócio-afetiva, decorrente da denominada "adoção à brasileira" (...), há de prevalecer a solução que melhor tutele a dignidade da pessoa humana. 3. A paternidade sócio-afetiva, estando baseada na tendência de personificação do Direito Civil, vê a família como instrumento de realização do ser humano; aniquilar a pessoa do apelante, apagando-lhe todo o histórico de vida e condição social, em razão de aspectos formais inerentes a irregular "adoção à brasileira", não tutelaria a dignidade humana, nem faria justiça ao caso concreto, mas, ao contrário, por critérios meramente formais, proteger-se-iam as artimanhas, os ilícitos e as negligências em benefício do próprio apelado. Decisão: Unânime: negar provimento aos agravos" (PARANÁ, Tribunal de Justiça do Paraná, 2001)

Vê-se, portanto, que, ainda que a tendência dos juízos de primeiro grau aparente ser mais legalista e restritiva, os Tribunais de Justiça pátrios pouco hesitam em modificar tais decisões, de modo a procurar tutelar da melhor forma possível, dentro do ordenamento jurídico brasileiro, um dos fundamentos basilares da Constituição Federal de 1988, corporificado no princípio da dignidade humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nome, utilizado de forma e com importância praticamente universal, teve sua evolução jurídica marcada por diversas teorias, sem que nenhuma negasse sua tutela, muito embora possuísem vieses interpretativos diversos. No Brasil, atualmente, é considerado um direito de personalidade.

Sendo tutelado, entretanto, por uma Lei (Lei n. 6.015/73) promulgada anteriormente à Constituição da República de 1988, sua tutela é presa a valores de primazia da ordem e estabilidade pública, não contemplando, dessa forma, a dinamicidade das relações sociais e afetivas do cotidiano, que acabam ficando fadadas à recepção da proteção que o aplicador do Direito, seja no âmbito administrativo, seja no âmbito judicial, entende por merecida.

A inserção do bem jurídico da afetividade como núcleo constituidor da família gerou um remodelamento no conceito anterior que se tinha, outrora biologizado, hierarquizado e patrimonialista. De nada adianta tal reconhecimento de ordem jurídica no âmbito constitucional, entretanto, se seus efeitos práticos não são concretizados junto ao indivíduo que detém esse direito.

Assim, se a prova de filiação com maior validade jurídica e dotada de maior publicidade se realiza por meio do registro de nascimento da pessoa junto ao Registro Civil, ora, nada mais justo que este corresponda à verdade afetiva de cada um, proporcionando, assim, uma atribuição verdadeira de relevância à posse do estado de filho.

Cabe ao julgador, atualmente, preencher as lacunas e romper com as proibições de normas que violem diretamente direitos de personalidade dos cidadãos, quando a solução jurídica oferecida pelo meio positivado não atinge o fim social adequado da equidade e da justiça. O papel deste jurista, para além de concretizar as Leis, é o de interpretá-las de forma sensível e ética, sob a ótica dos valores constitucionais, para encontrar a solução mais adequada não apenas para o mundo jurídico, mas para o mundo real do dia a dia de cada pessoa que busca a tutela do Poder Judiciário na resolução dos conflitos.

O momento é nada menos que propício. Os movimentos sociais pela visibilidade da complexidade humana ganham cada vez mais força, especialmente face a um movimento conservador por parte da Câmara dos Deputados, com a proposta do já mencionado Estatuto da

Família (Projeto de Lei n. 6.583/2013), no singular, que restringe esses direitos já judicialmente reconhecidos.

Mencionando, mais uma, as palavras de Villela (1999), ao poder jurídico do Estado, no que toca o âmbito de família, deve limitar-se ao seu *reconhecimento*, e não à tentativa de *atribuição* de uma definição pré-concebida, pois o fenômeno afetivo humano é demasiadamente complexo para que o Poder Público seja capaz de regulá-lo, mesmo que operasse em um máximo ideal de eficiência, o que, é cediço, não ocorre.

Não é admissível que a Lei interfira no *locus* de afetividade e identificação mais íntimo e básico da vida humana. Seja pela razão que for, o âmbito patrimonial, ou a suposta estabilidade das relações jurídicas, não pode ter seu valor sobrepujado ao da dignidade da pessoa humana.

O reconhecimento no patamar Judicial da possibilidade de retificação do Registro Civil com base na parentalidade socioafetiva está, passo a passo, sendo conquistado, o que não justifica a ausência da tutela legal específica, nem da exclusão da previsão de uma tutela mais completa por Projetos de Lei atuais, que pretendem substituir a tutela da família ofertada pelo Código Civil, como o Estatuto das Famílias (Projeto de Lei n. 470/2013), ainda que este reconheça maior pluralidade.

A imposição legal do reconhecimento de todos os reflexos jurídicos da posse do estado de filho, dessa forma, a fim de anular as dissonâncias jurisprudenciais e as negativas administrativas sobre o assunto, toma vital importância para garantir aqueles direitos que ainda não possuem a visibilidade que merecem.

O reconhecimento da tridimensionalidade do ser humano, que pode ser vinculado afetivamente a diversas pessoas, sem que o Estado possa interferir nesses laços, é imperativo a uma ordem jurídica que pretende tutelar o cidadão em sua completude, e não apenas de forma abstrata. É necessário, para isso, que sejam tais questões enfrentadas de forma mais aberta, a fim de abarcar o maior número de realidades possível, evitando-se o descumprimento do preceito mais fundamental da República Federativa do Brasil, e para efetivar o cumprimento dos objetivos propostos ao nosso Estado Democrático de Direito, que possui a função, dentre outras, conforme os ditames do preâmbulo constitucional, de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da segurança, do bem estar, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem

preconceitos. Tais valores são postos pela Constituição em serviço da busca pela conquista da *harmonia social*, que não pode ser alcançada até que a *pluralidade* seja, de fato, abarcada pela ordem jurídica.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Sérgio Resende. **A Ideologia do Afeto**. Disponível em <<http://www.srbarros.com.br/pt/a-ideologia-do-afeto.cont>>. Acesso em: 28 out. 2015.

BARROSO, Luís Roberto. A Constitucionalização do Direito e o Direito Civil. TEPEDINO, Gustavo (Org). **Direito Civil Contemporâneo**: Novos problemas à luz da legalidade constitucional: anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da Cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Atlas, 2008, p. 238/261.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 165-182.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Convenção sobre os direitos da criança**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 4.657, de 4 de janeiro de 1942. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4657.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm)>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5.896, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Código de Processo Civil**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. **Lei dos Registros Públicos**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de janeiro de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Código Civil**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Programa Bolsa Família**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em: 30 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Lei Maria da Penha**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.008.398/SP. Recorrente: Clauderson de Paula Viana. Recorrido: Ministério Público Federal. Relatora: Min.<sup>a</sup> Nancy Andrighi. Brasília, 15 de outubro de 2009. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200702733605&dt\\_publicacao=18/11/2009](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200702733605&dt_publicacao=18/11/2009)>. Acesso em: 1 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.304.718/SP. Recorrente: F. S. de C. L. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Brasília, 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201103048755&dt\\_publicacao=05/02/2015](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201103048755&dt_publicacao=05/02/2015)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Sentença Estrangeira Contestada n. 5.726 EX. Requerente: Y. K. G. Requerido: S. G. Segredo de Justiça. Relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Brasília, 29 de agosto de 2012. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num\\_registro=201200554470](https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num_registro=201200554470)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CAMBI, Eduardo. MACIEL, Álvaro dos Santos. Preenchimento judicial de lacuna jurídica: alteração do registro civil de crianças e adolescentes para a inclusão do sobrenome dos pais de criação (sócio-afetivos) independentemente de adoção. **Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi** (Argumenta - Qualis B2 CAPES), n. 07, 2007. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/70>>. Acesso em: 18 set. 2015.

DA MARIA, Severino. Sobre o nome da pessoa humana. **Revista da EMERJ**, v. 3, n. 12, 2000. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista12/revista12\\_48.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista12/revista12_48.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

DIAS, Maria Berenice. A ética do afeto. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, VIII, n. 21, maio 2005. Disponível em: <<http://www.ambito->



juridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=552> Acesso em: 27 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

FACHIN, Luís Edson. A Construção do Direito Privado Contemporâneo na Experiência Crítico-Doutrinária Brasileira a Partir do Catálogo Mínimo para o Direito Civil-Constitucional no Brasil. TEPEDINO, Gustavo (Org). **Direito Civil Contemporâneo**: Novos problemas à luz da legalidade constitucional: anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da Cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Atlas, 2008, p. 12/17.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: Parte Geral e LINDB. Vol. 1, 10ª ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2012.

FERNANDES FILHO, Reinaldo. Mudança do nome civil . **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3566, 6 abr. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24104>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Do nome civil das pessoas naturais**. 3ª ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu, Contribuição à História do Movimento Psicanalítico e Outros Textos (1912-1914)**. Coleção Obras Completas. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=qvqnBAAQBAJ&pg=PT73&dq=totem&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CDUQ6AEwAWoVChMIhPCwnuiGyQIVgU2QCh022AB9#v=onepage&q=totem&f=false>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GONÇALVES, Gabriela Nascimento. **Constitucionalização do direito de família e a “socioafetividade” como caracterizadora de relação paterno-filial**. Revista Jurídica UNIFACS, janeiro 2008. Disponível em <[http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao\\_janeiro2008/discente/corpodiscente.htm](http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_janeiro2008/discente/corpodiscente.htm)>. Acesso em 27 out. 2015.

GONÇALVES, Luiz da Cunha. **Tratado de Direito Civil**. 2ª Ed. São Paulo: Max Limonad, 1955.

LIMA, Adriana Karlla de. Reconhecimento da paternidade socioafetiva e suas consequências no mundo jurídico. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9280](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9280)>. Acesso em nov 2015.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. **Revista CEJ**, v. 8, n. 27, p. 47-56, 2004. Disponível em <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/633>>. Acesso em 05 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Direito civil: famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. Princípio jurídico da afetividade na filiação. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 5, n. 41, 1 maio 2000. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/527/principio-juridico-da-afetividade-na-filiacao>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 4ª edição revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MARQUES, Alessandro Brandão. Questões polêmicas decorrentes da doação de gametas na inseminação artificial heteróloga. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 92, 3 out. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4267>>. Acesso em: 30 out. 2015.

MEZZAROBÀ, Orides. MONTEIRO, Cláudia Servilha Monteiro. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 3ª ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. CONSEPE. Resolução nº 232, de 2012 - 2012. Aprova a utilização do nome social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Disponível em: <<http://www.sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo?idArquivo=1311330&key=dead3ed08acaa78c8ec5c8cf7306e9db>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MONTEIRO, Washington de Barros. PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. **Curso de Direito Civil**. V. 1, 44ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. Apelação Cível n. 0108417900. Segredo de Justiça. Relator: Des. Accácio Cambi. Curitiba, 12 de dezembro de 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3520/a-posse-de-estado-de-filho-e-a-busca-pelo-equilibrio-das-verdades-da-filiacao/4>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PAULA, Tatiana Wagner Lauand de. **Adoção à Brasileira: Registro de Filho Alheio em Nome Próprio**. Curitiba: J. M. Livraria Jurídica, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

PEREIRA, Débora de Souza. **A supressão de sobrenome legitimada pela constatação de abandono afetivo pelo genitor**. 2013. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito - Área: Direito de Família) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2013. Disponível em: <

[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/115008/TCC\\_D%C3%A9bora\\_de\\_Souza\\_Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/115008/TCC_D%C3%A9bora_de_Souza_Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

**RIO GRANDE DO SUL.** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento n. 599296654. Agravante: P. R. A. Agravado: D. A. M. B. Segredo de Justiça. Relator: Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos. Porto Alegre, 18 de agosto de 1999. Disponível em: <[http://www1.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/consulta\\_processo.php?nome\\_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao\\_fonetica=1&tipo=1&id\\_comarca=700&num\\_processo\\_mask=599296654&num\\_processo=599296654&codEmenta=386627&temIntTeor=false](http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=599296654&num_processo=599296654&codEmenta=386627&temIntTeor=false)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

**RIO GRANDE DO SUL - A.** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível n. 70008795775. Apelante: Jovedino Ramos Santana. Apelada: Maria Lie Maranguelli. Relator: Des. José Carlos Teixeira Giorgis. Porto Alegre, 23 de junho de 2004. Disponível em: <[http://www1.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/consulta\\_processo.php?nome\\_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao\\_fonetica=1&tipo=1&id\\_comarca=700&num\\_processo\\_mask=70008795775&num\\_processo=70008795775&codEmenta=1150109&temIntTeor=true](http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=70008795775&num_processo=70008795775&codEmenta=1150109&temIntTeor=true)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

**RIO GRANDE DO SUL - B.** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível n. 70009240409. Apelante: Maria Bernardete Finger. Apelado: Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. Relatora: Des.<sup>a</sup> Walda Maria Melo Pierro. Porto Alegre, 15 de dezembro de 2004. Disponível em: <[http://www1.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/consulta\\_processo.php?nome\\_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao\\_fonetica=1&tipo=1&id\\_comarca=700&num\\_processo\\_mask=70009240409&num\\_processo=70009240409&codEmenta=978663&temIntTeor=true](http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=70009240409&num_processo=70009240409&codEmenta=978663&temIntTeor=true)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

**RIO GRANDE DO SUL.** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível n. 70010973402. Apelante: E. N. O. F. Apelado: M. G. A. Segredo de Justiça. Relator: Des. Rui Portanova. Porto Alegre, 4 de novembro de 2005. Disponível em: <[http://www1.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/consulta\\_processo.php?nome\\_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao\\_fonetica=1&tipo=1&id\\_comarca=700&num\\_processo\\_mask=70010973402&num\\_processo=70010973402&codEmenta=1174301&temIntTeor=true](http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=70010973402&num_processo=70010973402&codEmenta=1174301&temIntTeor=true)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível n. 70056953664. Apelante: M. G. Apelado: C. G. Segredo de Justiça. Relator: Desembargador Rui Portanova. Porto Alegre, 14 de novembro de 2013. Disponível em: <[http://www1.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/consulta\\_processo.php?nome\\_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao\\_fonetica=1&tipo=1&id\\_comarca=700&num\\_processo\\_mask=70056953664&num\\_processo=70056953664&codEmenta=5550578&temIntTeor=true](http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=70056953664&num_processo=70056953664&codEmenta=5550578&temIntTeor=true)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RIZZARDO, Arnaldo. **Parte Geral do Código Civil**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RODRIGUES, Marcelo Guimarães. **Tratado de registros públicos e direito notarial**. São Paulo: Atlas, 2014.

SANCHES, Helen Crystine Corrêa; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Dos Filhos de Criação à Filiação Socioafetiva**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

**SANTA CATARINA**. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Cível n. 2008.008566-2. Apelante: M. A. T. de O. S. Apelado: A. B. de S. Relator: Des. Edson Ubaldo. Florianópolis, 28 de agosto de 2008. Disponível em: <[http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only\\_ementa=&frase=&id=AAAbmQAA BAAAtQ5AAB&categoria=acordao](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAA BAAAtQ5AAB&categoria=acordao)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Cível n. 2006.018279-5. Apelante: D. P. Segredo de Justiça. Relatora: Des.<sup>a</sup> Denise Volpato. Florianópolis, 8 de fevereiro de 2010. Disponível em: <[http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only\\_ementa=&frase=&id=AAAbmQAA AAAOKQHAAA&categoria=acordao](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAA AAAOKQHAAA&categoria=acordao)>. Acesso em: 10 de nov. de 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Cível n. 2009.051501-0. Apelante: Pâmela Maiara Holler. Relator: Des. Joel Dias Figueira Júnior. Florianópolis, 12 de maio de 2011. Disponível em: <[http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=altera%E7%E3o%20sobrenome%20impossibilidade%20jur%EDdica%20pedido&only\\_ementa=&frase=&id=AAAbmQAABAAFW7ZAAA&categoria=acordao](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=altera%E7%E3o%20sobrenome%20impossibilidade%20jur%EDdica%20pedido&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAABAAFW7ZAAA&categoria=acordao)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

**SÃO PAULO**. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível com Revisão n. 9133768-93.2005.8.26.0000. Apelante: Isabella Maria de Araújo Ramos da Silva. Apelado: Idelcino Ramos da Silva. Relator: Des. Natan Zelinschi de Arruda. São Paulo, 9 de abril de 2008. Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2561708&cdForo=0&v1Captcha=yvvmf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n. 0002229-72.2007.8.26.0426. Apelante: Socorro Diandra Gomes de Calado Pinheiro. Apelado: Poder Judiciário do Estado de São Paulo. Relator: Des. José Luiz Galvão de Almeida. São Paulo, 13 de março de 2012. Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5752589&cdForo=0>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n. 00062581-92.2011.8.26.0009. Apelantes: Fábio Sanches Cervantes e outros e Cristina Albes Moreira. Apelado: Poder Judiciário do Estado de São Paulo. Relatora: Des.<sup>a</sup> Marcia Tessitore. São Paulo, 15 de abril de 2014. Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7502391&cdForo=0&v1Captcha=ebbta>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SAVIGNY, Friedrich Carl von. **Sistema do direito romano atual**. Coleção Clássicos do Direito Internacional, v. 8. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

SILVA, Larissa Campos da. **Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da multiparentalidade nas famílias reconstituídas**. 2015. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136414>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SILVA, Pedro Francisco Mosimann da. **A multiparentalidade nas famílias reconstituídas: da realidade social à (uma nova) realidade jurídica**. 2014. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito – Área: Direito de Família) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2014. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/127571/A\\_MULTIPARENTALIDADE\\_NAS\\_FAMILIAS\\_RECONSTITUIDAS.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/127571/A_MULTIPARENTALIDADE_NAS_FAMILIAS_RECONSTITUIDAS.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SOUZA, Aline; LUIZ, Denis de Souza. UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. **A importância do reconhecimento jurídico da paternidade socioafetiva como fonte protetora da dignidade da pessoa humana**. 2010. Monografia (Curso de Graduação em Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2010. Disponível em: <[http://aplicacoes.unisul.br/pergamum/pdf/101350\\_Aline.pdf](http://aplicacoes.unisul.br/pergamum/pdf/101350_Aline.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2015.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral**. Vol. 1, 11ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

TEPEDINO, Gustavo. **Premissas Metodológicas para a Constitucionalização do Direito Civil**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

\_\_\_\_\_. Direito civil e ordem pública na legalidade constitucional. **Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União**. Brasília, ano 4, n. 17, p. 223/235, out/dez 2005. Disponível em: <<http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/boletim-cientifico-n.-17-2013-outubro-dezembro-de-2005/direito-civil-e-ordem-publica-na-legalidade-constitucional>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

UBILLOS, Juan María Bilbao. Eficacia Horizontal de los Derechos Fundamentales: las Teorias y la Practica. TEPEDINO, Gustavo (Org). **Direito Civil Contemporâneo: Novos problemas à luz da legalidade constitucional: anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da Cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 219/237.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil Parte Geral**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VILLELA, João Baptista. Repensando o direito de família. PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Repensando o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

WELTER, Belmiro Pedro. **Teoria tridimensional do direito de família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizonte Antropológico [online]**. 2006, vol.12, n.26, pp. 123-147. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a06v1226.pdf>>. Acesso em 30 out. 2015.